



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
7ª VARA CRIMINAL DE CUIABÁ

---

**PROCESSO N. 0045055-69.2017.8.11.0042**

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO e outros

**RÉU(S):** WAGNER FERNANDES KIELING e outros (16)

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ofereceu denúncia em desfavor dos réus abaixo relacionados:

1. WAGNER FERNANDES KIELING ou WAGNER FLORÊNCIO PIMENTEL, como incurso nos crimes previstos no art. 2ª, §3º, da Lei n. 12.850/2013, art. 299, primeira parte, por 15 vezes, art. 299, segunda parte, por 08 vezes, art. 296, §1º, inciso II, por 12 vezes, art. 307 e art. 344, todos do Código Penal, em concurso material de crimes, na forma do art. 69 do CP;
2. ALMIR CANDIDO DE FIGUEIREDO, como incurso nos crimes previstos no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, art. 299, primeira parte, por 08 vezes, art. 299, segunda parte, por 04 vezes, e art. 296, §1º, inciso II, por 02 vezes, todos do Código Penal, em concurso material de crimes;

3. RIVALDO ALVES DA CUNHA, como incurso nos crimes previstos no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, art. 299, primeira parte, por 05 vezes, art. 299, segunda parte, por 06 vezes, e art. 296, §1º, inciso II, por 08 vezes, todos do Código Penal, em concurso material de crimes;
4. PAULO SERAFIM DA SILVA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013;
5. KAMIL COSTA DE PAULA, como incurso nos crimes previstos no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, art. 299, primeira parte, e art. 296, §1º, inciso II, por 02 vezes, ambos do Código Penal, em concurso material de crimes;
6. DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, art. 299, primeira parte, e art. 299, segunda parte, ambos do Código Penal, em concurso material de crimes;
7. EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e art. 299, segunda parte, do Código Penal, em concurso material de crimes;
8. PAULO PEREIRA DA SILVA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e art. 299, segunda parte, do Código Penal, em concurso material de crimes;
9. MARCELO MEDINA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e art. 147 do Código Penal, em concurso material de crimes;

10. THEO MARLON MEDINA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013;
11. CLOVES CONCEICAO SILVA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013;
12. PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013;
13. ROGERIO ROCHA DELMINDO, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013;
14. NEUZA LAGEMANN DE CAMPOS, como incursa no art. 2º da Lei n. 12.850/2013;
15. KEILA CATARINA DE PAULA, como incursa no art. 2º da Lei n. 12.850/2013;
16. ALLYSON DE SOUZA FIGUEIREDO, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013;
17. JEAN CARLOS LARA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013;
18. RINALDO BATISTA FERREIRA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

A denúncia foi recebida em 16.01.2018 (Id. 83115534, pág. 145-153).

Os réus foram devidamente citados e apresentaram respostas à acusação.

Em decisão proferida ao Id 85637586 (pág. 610) foi **declarada extinta a punibilidade** do réu **WAGNER FLORÊNCIO PIMENTEL**, vez que comprovado o seu óbito.

Durante a instrução processual foram ouvidas as testemunhas e interrogados os réus.

Os autos foram **desmembrados** em relação ao réu **JEAN CARLOS LARA**, diante da ordem concedida no *habeas corpus* n. 1018404-02.2023.8.11.0000, que declarou a nulidade dos atos praticados a partir da audiência de instrução e julgamento, apenas em face do paciente (Id 141415346).

O **MINISTÉRIO PÚBLICO** apresentou alegações finais sob Id 148335650, reiterando os termos da inicial acusatória.

A defesa de **PAULO PEREIRA DA SILVA** apresentou alegações finais sob Id 152277206, nas quais pugnou pela absolvição do acusado, diante da insuficiência de provas para condenação.

Os réus **MARCELO MEDINA** e **THEO MARLON MEDINA** acostaram suas derradeiras alegações ao Id 154073663, requestando a absolvição, com fundamento no art. 386, VII, do CPP.

A ré **KEILA CATARINA DE PAULA** juntou suas derradeiras alegações ao Id 154381522, oportunidade em que requereu a absolvição, com base no art. 386 do Código de Processo Penal.

A defesa constituída pelo acusado **KAMIL DA COSTA DE PAULA** colacionou os memoriais finais escritos ao Id 154381527, nos quais pediu sua absolvição pela atipicidade da conduta ou ausência de provas para

condenação, com base no art. 386, I, II, III, V ou VII, do CPP. Subsidiariamente, pugnou pela aplicação da pena no mínimo legal e conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

Por sua vez, a defesa dos denunciados **RINALDO BATISTA FERREIRA JUNIOR** e **ROGÉRIO ROCHA DELMINDO** apresentou alegações finais sob ID 160782194, nas quais almejou a sua absolvição, com base no art. 386, IV, do CPP.

A defesa do denunciado **EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE**, em alegações finais de Id 161437148, pugnou pela absolvição do defendente, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, diante da insuficiência de provas para condenação.

Os denunciados **CLOVES CONCEIÇÃO SILVA** e **PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA** apresentaram suas derradeiras alegações sob Id 161583794, nas quais pugnaram pela absolvição por falta de provas suficientes para condenação.

O réu **ALYSSON DE SOUZA FIGUEIREDO** acostou suas derradeiras alegações ao Id 162347206, nas quais almejou sua absolvição nos termos do art. 386, VII, do CPP. Subsidiariamente, aplicação da pena no mínimo legal e eventual reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva.

Ao Id 163873749 aportou aos autos os memoriais finais do denunciado **PAULO SERAFIM DA SILVA**, oportunidade em que requereu sua absolvição, com fundamento no art. 386, VII, do CPP. Subsidiariamente, em caso de condenação, pugnou pela aplicação da pena no mínimo legal, reconhecimento da participação de menor importância, regime inicial aberto e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em nome do assistido **RIVALDO ALVES DA CUNHA**, apresentou alegações finais ao Id 164543592, almejando sua absolvição por ausência de provas para condenação, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

A defesa da acusada **NEUZA LAGEMANN DE CAMPOS** juntou seus memoriais finais ao Id 165806588, nos quais pediu a absolvição da ré, com fundamento no art. 386, VII, do CPP. Em caso de condenação, postulou aplicação da pena no mínimo legal, reconhecimento da participação de menor importância, regime aberto, substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e suspensão condicional da pena.

A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em nome dos assistidos **DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO** e **ALMIR CANDIDO FIGUEIREDO**, apresentou alegações finais aos Ids 175549976 181471428, respectivamente, almejando sua absolvição por ausência de provas para condenação, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

**É o relatório.**

**Decido.**

Não havendo preliminares suscitadas pelas defesas, adentra-se diretamente ao mérito da questão.

### **DO MÉRITO.**

Em apertada síntese, trata-se de ação penal instaurada com base em Inquérito Policial conduzido pela Delegacia Especializada em Crimes Fazendários e Contra a Administração Pública de Cuiabá – DECFAP, visando apurar a atuação de uma suposta organização

criminosa estruturada dedicada à fraude fiscal e sonegação do ICMS em operações interestaduais de venda de produtos agrícolas no Estado de Mato Grosso.

Segundo a exordial, as investigações revelaram que os denunciados, por meio de um esquema sofisticado, utilizaram documentos ideologicamente falsos, empresas de fachada e compensações tributárias fraudulentas para frustrar o recolhimento do tributo estadual, ocasionando prejuízo estimado em R\$ 35.371.240,44.

Narra que o suposto grupo empregava o sistema eletrônico PAC/RUC da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ/MT) para lançar créditos inidôneos de ICMS, os quais eram utilizados irregularmente na compensação do tributo devido, permitindo que toneladas de produtos agrícolas fossem comercializadas sem a devida tributação.

Argumenta que, diante da materialidade e dos indícios de autoria colhidos nos autos, os denunciados foram processados pelos crimes de organização criminosa, falsidade ideológica (documentos públicos e particulares), uso indevido de selo público verdadeiro, falsa identidade, coação no curso do processo e ameaça, conforme descrito na peça acusatória.

## **MATERIALIDADE.**

A materialidade delitiva dos crimes restou cabalmente comprovada por meio dos depoimentos colhidos na fase policial e em juízo, bem como pelos documentos elencados de forma minuciosa pelo Ministério Público em seus memoriais finais (ID 148335650), os quais peço vênia para transcrever, *in litteris*:

“1. Relatório Técnico nº 023/2017/NI/DECFCAP (Id. 84084046, pág. 34);

2. Relatório Técnico nº 023/2017/NI/DECFCAP (Id. 84084048, pág. 04);
3. Relatório Técnico nº 029/2017/NI/DECFCAP (Id. 84084051, pág. 51);
4. Relatório Técnico nº 032/2017/NI/DECFCAP (Id. 84084051, pág. 82);
5. Relatório Técnico nº 35/2017/NI/DECFCAP; (Id. 84084054, pág. 49);
6. Relatório Técnico nº 037/2017/NIMECFCAP (Id. 84084054, pág. 03);
7. Auto Circunstanciado de Busca e Apreensão (Id. 83112387, pág. 91);
8. Termo de Deslacre e Apreensão (Id. 83112387, pág. 93);
9. Informação nº 007/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id. 84084051, pág. 07);
10. Informação nº 008/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id. 84084051, pág. 15);
11. Informação nº 026/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id. 84084052, pág. 51);
12. Informação nº 030/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id. 84084052, pág. 62);
13. Informação nº 032/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id. 84084052, pág. 83);
14. Informação nº 033/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id. 84084052, pág. 95);
15. Informação nº 035/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id. 84084052, pág. 107);
16. Relatório Parcial 001/2017/DECFCAP (Id. 84084046, pág. 17);
17. Relatório Parcial 002/2017/DECFCAP (Id. 84084046, pág. 60);
18. Relatório Parcial 003/2017/DECFCAP (Id. 84084048, pág. 34);



19. Relatório Policial (Id.83112374, pág. 322);

20. Relatório de Investigação n. 3212019 (fls. 225 do pdf)".

-

#### **AUTORIA.**

-

Para fins de melhor compreensão da extensa denúncia, antes de individualizar as condutas, sobreleva mencionar como funcionava o esquema criminoso noticiado nos autos.

A denúncia narra que a organização criminosa investigada operava um esquema estruturado de sonegação fiscal, utilizando diferentes mecanismos para fraudar o fisco estadual e gerar créditos inidôneos de ICMS. Para isso, ao longo do tempo, o grupo criminoso manipulou o sistema eletrônico da SEFAZ/MT (PAC/RUC-e) e se valeu de empresas enquadradas em regimes especiais de recolhimento do tributo, além de outros métodos ainda sob apuração.

As investigações revelaram que a base operacional do esquema era a empresa ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., localizada nesta capital, utilizada como centro de coordenação das atividades ilícitas. A empresa possuía como sócios o líder do grupo, o réu falecido WAGNER FLORENCIO PIMENTEL, e a empresa de fachada ELLO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. A partir desse núcleo, o grupo cooptava e reativava empresas fictícias, alterava contratos sociais e recrutava produtores rurais para viabilizar a fraude, permitindo que mercadorias agrícolas fossem comercializadas sem o devido recolhimento do ICMS.

O esquema consistia na emissão de notas fiscais fraudulentas por empresas fictícias estabelecidas em diferentes municípios do Estado, as quais simulavam vendas internas de produtos agrícolas com destaque do ICMS, mesmo em operações sujeitas ao diferimento do tributo. No entanto, os valores destacados nunca eram efetivamente recolhidos, acumulando débitos tributários que jamais seriam pagos, uma vez que as empresas eram apenas instrumentos do esquema, sem lastro financeiro para responder por eventuais execuções fiscais.

As investigações demonstraram que, após a emissão dessas notas fiscais inidôneas, a segunda etapa do esquema consistia na escrituração fraudulenta desses documentos nos sistemas da SEFAZ/MT. Assim, com o auxílio de contadores integrantes da organização, o grupo efetuava pedidos de autorização de crédito (PAC), acionando o sistema eletrônico PAC/RUC-e, que validava automaticamente os créditos apenas com base na emissão da nota fiscal, sem verificar se o tributo correspondente havia sido pago.

Com essa validação, a organização obtinha o Registro de Utilização de Crédito (RUC), que permitia a compensação indevida do ICMS devido nas operações interestaduais.

Consta que empresas de fachada como GÊNESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP e VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP, que figuravam como adquirentes fictícias dos produtos agrícolas, acumulavam grandes estoques de créditos inidôneos de ICMS, detectados pela Gerência de Monitoramento e Fiscalização Tributária da SEFAZ/MT.

O grupo criminoso utilizava essas empresas como intermediárias para viabilizar a evasão fiscal, garantindo que produtos agrícolas fossem escoados para fora do Estado sem o recolhimento do imposto estadual.

Diante da identificação da fraude pela SEFAZ/MT, que culminou no bloqueio do sistema PAC/RUC-e em fevereiro de 2017, a organização criminosa adaptou seu *modus operandi* e passou a operar por meio da empresa de fachada AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA, sediada em Várzea Grande/MT, que estava amparada por um regime especial de apuração e recolhimento mensal de ICMS, que a eximia do pagamento do tributo de forma fracionada a cada operação, permitindo que continuasse a compensação indevida dos créditos inidôneos.

A fiscalização detectou que essa empresa também acumulava significativo estoque de créditos fraudulentos, enquanto as empresas fictícias do esquema permaneciam inadimplentes e incapazes de responder pelos débitos gerados.

Acrescenta que, além do núcleo operacional e contábil, o grupo criminoso contava com a participação ativa de corretores de cereais e empresários ligados à intermediação de grãos, que facilitavam a venda das "notas fiscais frias" e promoviam a ligação entre produtores rurais dispostos a participar da fraude e compradores em outros Estados interessados na aquisição de produtos agrícolas a preços reduzidos, uma vez que não havia incidência do tributo estadual.

Nesse cenário, empresas corretoras como C.C.S. LTDA. ME (Campo Verde/MT), NutriLara Indústria e Comércio de Cereais Eireli e E.R. Comércio de Representações (Cristal Corretora de Grãos), ambas de Primavera do Leste/MT, e a corretora Neuza Lagemann de Campos, de Sorriso/MT, estavam envolvidas na operacionalização do esquema, promovendo a comercialização de créditos fraudulentos de ICMS.

A estrutura criminosa permitia que as empresas de fachada, apesar de não possuírem estoques de produtos agrícolas, figurassem como vendedoras desses bens, intermediando operações fictícias que garantiam a evasão fiscal. O grupo utilizava os registros de utilização de crédito (RUC) e a compensação indevida de ICMS por meio do regime especial de recolhimento para evitar o pagamento do tributo devido, operando de forma reiterada e estruturada para manter a fraude em funcionamento.

Assim, a partir da base operacional da ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., a organização criminosa coordenava atividades ilícitas, tais como:

1. Constituição e reativação fraudulenta de empresas fictícias, por meio da elaboração de documentos ideologicamente falsos e uso indevido de selos públicos verdadeiros, viabilizando sua habilitação junto à SEFAZ/MT para emissão de notas fiscais fraudulentas;
2. Emissão de notas fiscais eletrônicas fictícias, com destaque de ICMS, para criação artificial de créditos inidôneos;
3. Escrituração dessas notas fiscais e formulação de pedidos de autorização de crédito (PAC) junto ao sistema eletrônico da SEFAZ/MT;
4. Utilização do Registro de Utilização de Crédito (RUC) ou da compensação indevida via regime especial de recolhimento para acobertar operações interestaduais fraudulentas, sem o devido recolhimento do imposto;
5. Comercialização das "notas fiscais frias" por meio de corretores de cereais e intermediadores do mercado, garantindo a evasão fiscal e a continuidade do esquema criminoso.

O esquema, caracterizado por sua especialização e alta capacidade de adaptação, funcionava de forma estável e contínua, utilizando-se de "empresas de prateleira" para contornar fiscalizações e garantir a reiteração da fraude, lesando os cofres públicos estaduais e dificultando a recuperação dos créditos tributários indevidamente apropriados.

Feito esse breve resumo do que consta da inicial acusatória, pertinente destacar, neste momento, a participação individualizada de cada réu no evento criminoso e configuração, ou não, dos crimes imputados.

Outrossim, registre-se que, nestes autos, serão indicados elementos que recaem sobre o réu falecido WAGNER, diante da intrínseca relação que possuía com os demais envolvidos, sobretudo pela sua posição de liderança.

**Dos réus:****1.KEILA CATARINA DE PAULA;****2.ALYSSON DE SOUZA FIGUEIREDO.**

Imputa-se aos réus a prática dos crimes previstos no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

Os réus, em juízo, negaram a prática delitiva, afirmando desconhecerem as atividades ilícitas desempenhadas pelo corréu falecido WAGNER, marido da ré KEILA e tio do réu ALYSSON.

Segundo a denúncia, quanto à ré KEILA:

"KEILA CATARINA DE PAULA detinha dentro da estrutura organizacional a função de gerenciar financeiramente a sede operacional da organização, efetuando os pagamentos dos funcionários e controlando os valores que saíam do caixa para pagar os demais membros que integravam o grupo criminoso.

[...]

A funcionária Eliane Cunha do Nascimento, responsável pela área de Recursos Humanos da empresa ÁPICE, confirma que a folha de pagamento era realizada pela DENUNCIANDA KEILA, ao afirmar:

"Declarou que trabalha de auxiliar contábil há um ano na Empresa Ápice Administração e Gestão Empresarial Ltda, localizada na Rua Pedro Biancardini (caracas), nº28, Bairro Jardim das Américas em Cuiabá/MT. Quem é o proprietário da referida empresa? Respondeu que é a pessoa por nome de Wagner Fernandes Kieling. Quem é seu superior hierárquico? Respondeu que Evandro Teixeira (contador). Quais são suas atividades na

referida empresa? Respondeu que trabalha no RH da Ápice, controla folha de pagamento dos empregados da Ápice, controla folha de ponto, admissão e demissão. Perguntado se emite nota fiscal na empresa? Respondeu que não. Perguntado quem faz pagamento na empresa Ápice? Respondeu que elabora toda a folha de pagamento da empresa Ápice e a financeira por nome de Keila de Paula efetua o pagamento". (vide fls. 1.109, Vol. VI do IP)

[...]

Registra-se que na sala da denunciada KEILA, mais precisamente no cofre, escondido atrás de uma repartição do armário, foram localizados diversos cheques e dinheiro em espécie, pertencentes a várias empresas do portfólio da ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (fls. 880, Vol. V do IP), evidenciando, portanto, sua atuação consciente e deliberada no GRUPO CRIMINOSO.

Tem-se assim que a denunciada KEILA DE PAULA era de suma importância para os trabalhos da ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, pois exercia o controle de todos os valores percebidos ilegalmente e de todos os pagamentos efetuados."

Tocante ao réu ALYSSON, assim descreve a exordial:

"ALYSSON DE SOUZA FIGUEIREDO desempenhava a função de gerente de faturamento da empresa ÁPICE, apesar de registrado como empregado na função de Auxiliar de faturamento junto ao CAGED desde 01/10/2016, supervisionando e controlando de forma incisiva e direta todas as emissões de notas fraudulentas realizadas pela ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, de modo que, nada saia do controle do LÍDER denunciando WAGNER (Relatório Técnico 035/2017/NI/DECFCAP, fls. 50-70 dos Autos Sigilosos 05).

Ao ser inquirido pela autoridade policial, Ronilson Alves Moraes de Oliveira, funcionário da empresa ÁPICE cujo superior hierárquico era o denunciando ALYSSON, declinou como

procedia para gerar e emitir as notas fiscais destinadas a atender ao esquema criminoso:

"Quem é o proprietário da referida empresa? Respondeu que desde que foi contratado na empresa é a pessoa por nome de Wagner Fernandes Kieling. Quem é seu superior hierárquico? Respondeu que Alison. Quais são suas atividades na referida empresa? Respondeu que é faturista, ou seja, só emite notas fiscais. Como funciona essas emissões de notas fiscais. Respondeu que recebia os pedidos via e-mail dos corretores, (e-mail faturamentobrasil@W-hotmail.com) com a descrição dos produtos (milho, caroço de algodão, soja, feijão), CNPJ e CPF do destinatário, Cidade de destino, que na maioria das vezes era fora do Estado de Mato Grosso, o preço era inserido pela tabela da Sefaz, gerava a nota fiscal no sistema e devolvia no e-mail do corretor " (vide fls. 1116/1117 Vol. VI do IP)".

Contudo, diante do acervo probatório amealhado aos autos, verifica-se que não foram reunidos elementos probatórios suficientes a evidenciar, acima de dúvida razoável, a participação dos réus no evento delituoso.

Consoante relatado, imputa-se aos réus a prática do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, por suposta integração a organização criminosa voltada à criação de créditos fictícios de ICMS.

Os réus, em juízo, negaram categoricamente a prática delitiva, afirmando desconhecerem qualquer atividade criminosa perpetrada pelo corréu falecido WAGNER, marido da ré KEILA e tio do réu ALYSSON.

A análise dos elementos probatórios constantes dos autos revela que a acusação se sustenta, essencialmente, no vínculo familiar dos réus com o corréu falecido WAGNER e no trabalho que desempenhavam na empresa ÁPICE, de propriedade dele. Contudo, tais elementos, por si só, não são suficientes para embasar um decreto condenatório.

A condenação penal exige prova robusta e inequívoca acerca da autoria delitiva, não se admitindo a responsabilidade penal objetiva. No caso concreto, não há nos autos elementos que demonstrem, de forma concreta, que os réus praticavam atos em favor da organização criminosa, tampouco que tinham ciência das ilicitudes supostamente cometidas.

Embora os depoimentos colhidos apontem que KEILA realizava pagamentos na empresa ÁPICE e que ALYSSON supervisionava emissões de notas fiscais, não se demonstrou que tais atividades estavam vinculadas ao esquema criminoso descrito na denúncia, isto é, não há prova concreta de que os réus tinham participação ativa e dolosa no suposto grupo criminoso, sendo insubsistente qualquer juízo de culpabilidade baseado unicamente em presunções, notadamente porque agiam a mando do chefe WAGNER, sem qualquer poder de decisão e ingerência.

Repise-se que não há conversas, pagamentos suspeitos ou qualquer outra tratativa envolvendo os réus KEILA e ALYSSON que permita afirmar, acima de dúvida razoável, que uniram seus desígnios aos da organização criminosa em atividades que visavam, sobretudo, burlar o fisco estadual.

Demais disso, a testemunha RONILSON ALVES MORAIS DE OLIVEIRA, funcionário da empresa Ápice, conforme depoimento abaixo, asseverou que também chegou a emitir notas fiscais para as empresas envolvidas no esquema criminoso, contudo, sem conhecimento das ilicitudes, a evidenciar que inclusão do réu ALYSSON no rol dos denunciados ocorreu, sobretudo, pelo vínculo familiar que possuía com o líder do grupo criminoso, o que sugere responsabilidade objetiva, pois não há outro elemento que reforce sua participação consciente nas fraudes noticiadas:



“[...] Que era funcionário da Ápice na função de faturista. Que emitia nota fiscal de acordo com os pedidos que chegavam por email. Que era subordinado ao Alysson e Wagner. O **ALYSSON** era supervisor na área de faturamento. Que emitiu notas da GENESIS, VIGOR e ITAÚNA. Que não conhecia os responsáveis das empresas. Que não acessava sistemas da SEFAZ. Que os corretores eram quem solicitava a emissão de notas. Dentre elas se recorda a PIRES CEREAIS, FATURAMENTO OLIVEIRA e MICHEL, quem viu algumas vezes no escritório para falar com o WAGNER. Que se recorda também da MULTI COMERCIO DE CEREAIS”.

Assim, ausente prova suficiente de que os réus efetivamente integravam a organização criminosa voltada à fraude fiscal, impõe-se a absolvição, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

**Dos réus:**

**3. ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO;**

**4. RIVALDO ALVES DA CUNHA.**

Imputa-se ao réu ALMIR a prática dos crimes previstos no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, art. 299, primeira parte, por 08 vezes (documento particular), art. 299, segunda parte, por 04 vezes (documento público), e art. 296, §1º, inciso II, por 02 vezes, todos do Código Penal, em concurso material de crimes.

Tocante ao réu RIVALDO, imputa-se os crimes previstos no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, art. 299, primeira parte, por 05 vezes (documento particular), art. 299, segunda parte, por 06 vezes (documento público), e art. 296, §1º, inciso II, por 08 vezes, todos do Código Penal.

O réu ALMIR, em juízo, negou a prática delitiva, argumentando que era apenas motorista do réu falecido WAGNER, desconhecendo suas atividades ilícitas, senão vejamos:

“[...] Que nunca usou documento falso. Que foi apreendido documento falso do WAGNER na caminhonete do declarante [...] Que era motorista do WAGNER. Que não tem relação com a empresa ITAÚNA. Que foram localizados documentos no carro do WAGNER, mas abriram no apartamento do declarante, mas era tudo do WAGNER, estava com o carro dele para fazer uma mudança. Que na época da operação o KAMIL tinha escritório em outro lugar [...]”.

O denunciado RIVALDO, por sua vez, prestou seus esclarecimentos nos seguintes termos:

“[...] Que todas as empresas foram abertas pelo WAGNER, algumas com as senhas dos contadores, inclusive do declarante [...] Que era responsável por fiscalizar os lançamentos da equipe do WAGNER, mas não tinha conhecimento de que havia algo errado [...] Que o WAGNER falsificou algumas assinaturas do declarante [...] Que realizou serviços na GENESIS, relacionado à Prefeitura, alvará, etc., outras situações foram realizadas pela empresa Ápice. Que o WAGNER colocou o declarante como responsável pela empresa GENESIS, mas o declarante não tinha conhecimento de que havia algo errado. Que o proprietário da ITAÚNA era o DIEGO. Que em relação à empresa VIGOR, foi colocado o seu nome pelo WAGNER sem autorização. Que acreditava que tudo era verdadeiro e na prática tudo era administrado pelo WAGNER. Que o EVANDRO trabalhava na Ápice, mas não sabia quais eram as

suas atividades. Que o WAGNER tinha acesso às senhas dos contadores para efetuar lançamentos contábeis, era uma exigência dele [...]"

Consta da denúncia e das alegações finais do Ministério Público a seguir reproduzidas que:

"ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO desempenhou função essencial no esquema liderado por WAGNER, sendo responsável por arregimentar documentos de identificação ideologicamente falsos, como também cooptar empresas de fachadas, procedendo alterações contratuais essenciais para despistar mecanismos de fiscalização.

Restou comprovado também que ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO foi responsável direto pela elaboração e utilização de documento ideologicamente falso e, uso indevido de selos públicos verdadeiros, nas alterações contratuais das empresas MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI ME e AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA.

Inclusive, destaca-se a importância de ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO na organização criminosa, pois foi ele quem atuou na reestruturação do esquema de fraudes, após o bloqueio no sistema eletrônico PAC/RUC da SEFAZ, ao usar a empresa de fachada AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA, que, por ser sujeita ao regime especial de apuração e recolhimento mensal de ICMS, permitia o uso dos créditos inidôneos do ICMS em suas operações interestaduais de produtos agrícolas, como disposto minuciosamente na peça exordial"

[...]

Com efeito, RIVALDO ALVES DA CUNHA foi responsável pela elaboração e utilização de documentos ideologicamente falsos e pelas alterações contratuais fraudulentas nas empresas:

GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA. EPP, AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA e MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI – ME. (Id. 83115525, pág. 107). E pelo uso indevido de selos públicos verdadeiros nos contratos sociais das empresas GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP e MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI — ME.

Na condição de técnico de contabilidade, RIVALDO atuou como responsável técnico junto à SEFAZ/MT das empresas fictícias, geradores dos CRÉDITOS INIDÔNEOS DE ICMS: COMÉRCIO DE ALIMENTOS SILVEIRA E SOARES LTDA., BEATRIZ GIL SANTANA e ATALAIA COMÉRCIO PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS LTDA. e, das empresas de fachada, beneficiárias desses créditos: GÊNESIS AGROCOMERCIAL LTDA. EPP e AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA [...].”.

Não obstante a negativa dos réus, após a instrução criminal, verifica-se que há provas concretas e diretas que os vinculam aos atos ilícitos descritos na peça incoativa.

Não obstante, quanto à falsidade ideológica, embora o *parquet* afirme que alguns documentos tinham caráter público, conforme será reproduzido na fundamentação desta sentença, adianta-se que, na análise do referido delito, em capítulo próprio, será explanado por este juízo o motivo pelo qual entende que todas as falsificações se referiam a documentos particulares.

De plano, cumpre esclarecer que restou devidamente comprovada a relação do réu ALMIR, que se valia do nome falso ALMIR CARDOSO FERNANDES (Id 83112389 – pág. 200), com a empresa AGROPECUÁRIA ITAÚNA, ao contrário do que ele afirmou em juízo, senão vejamos (Id 83115527 – pág. 98):

**AGROPECUARIA ITAUNA LTDA**  
**CNPJ: 18.298.710/0001-05**  
**1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual de sociedade empresaria limitada, assinados, Sr. **CARLOS ROBERTO SILVA BATISTA**, brasileiro, solteiro, empresário, domiciliado na Rua Jose Feliciano de Figueiredo nº 36, Residencial Ipiranga Bloco A-7, Apartamento Cidade Alta, Município de Cuiabá - MT, CEP: 78030-790 portador da Cédula de Identidade sob I 19.895.295 Expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - Instituto de Identificação devidamente inscrito no Ministério da Fazenda, na Receita Federal do Brasil sob CPF Nº. 098, nascido em 02 de Julho de 1.971, na Cidade de Martinópolis - SP, Filho de Rosalvo Batista e Zélia Batista, e, **NOVA ALIANÇA COMERCIO DE GRAOS LTDA**, empresa jurídica de direito regularmente inscrita no Ministério da Fazenda, na Receita Federal do Brasil sob CNPJ de nº 14.6938 e contrato social primitivo devidamente registrado e arquivado na JUCEMAT sob NIRE Nº 512012 sede e foro na Avenida Dom Bosco nº 1440, Sala 05, Centro Sul, Município de Cuiabá - MT, CEP: neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. **CARLOS ROBERTO SILVA BATISTA**, qualificado, únicos sócios da sociedade empresaria limitada denominada, **AGROPECUARIA ITAU** empresa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no Ministério da Fazenda, na Receita Federal sob o CNPJ de nº 18.298.710/0001-05, e contrato social primitivo devidamente registrado e arquivado na JUCEMAT sob NIRE Nº 51201370214, com sede e foro na Avenida da FEB, nº 1201, Sala Piso Supl. Bairro Cristo Rei, Município de Várzea Grande - MT, CEP: 78115000 resolvem em comum acordo e na in de direito alterar pela 1ª vez seu ato constitutivo, mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Os sócios Sr. **CARLOS ROBERTO SILVA BATISTA**, e **NOVA COMERCIO DE GRAOS LTDA**, resolvem neste ato vender e transferir a totalidade de suas somadas totalizam o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para o Sr. **ALMIR CARDOSO FERNANDES**, brasileiro, solteiro, empresário, domiciliado na Avenida da FEB, nº 1201, Sala Piso Bairro Cristo Rei, Município de Várzea Grande - MT, CEP: 78115-000 portador da Cédula de Identidade nº. 2866248-2 Expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso - devidamente inscrito no Ministério da Fazenda, na Receita Federal do Brasil sob CPF Nº. 705, nascido em 02 de Agosto de 1.972, na Cidade de Manicoré - AM, Filho de Alcides Fernandes e A Fernandes.

**Paragrafo Primeiro** - Os sócios cessionários declaram ter recebido neste ato e em moeda corrente valor correspondente as suas quotas, servindo este instrumento como recibo de quitação definitiva, ir irratável das mesmas quotas ora cedidas e transferidas para não mais reclamá-las em tempo al qualquer pretexto.

**Paragrafo Segundo** - O sócio ingressante declara ter auditado a empresa que passa a ingressar e alterador, declarando ainda estar ciente da situação financeira e fiscal da mesma, concordando e integralmente todo o seu ativo e seu passivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Em face da mudança ocorrida no quadro societário, o capital social p distribuído da seguinte forma e proporção:

NOME DO SÓCIO	QT/QUOTAS	VALOR EM
1 - SR. ALMIR CARDOSO FERNANDES	200.000	200.00
<b>TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>200.000</b>	<b>200.00</b>

As investigações comprovaram que a organização criminosa criou e utilizou um conglomerado de empresas fictícias, sem atividade econômica real, para simular operações de venda de produtos agrícolas com destaque de ICMS, gerando créditos tributários inidôneos. Referidos créditos foram posteriormente incorporados a outras empresas do grupo criminoso, como Vigor Comércio de Cereais Ltda. EPP, Gênese Agrocomercial Ltda. EPP e Agropecuária Itaúna Ltda., visando fraudar a arrecadação estadual.

No período de julho de 2016 a dezembro de 2017, essas empresas fictícias emitiram 3.106 notas fiscais fraudulentas, movimentando R\$ 212,8 milhões em operações simuladas, o que resultou em um prejuízo estimado de R\$ 35,3 milhões à receita pública estadual, conforme consta dos relatórios citados no capítulo da "materialidade".

Prosseguindo, para compreender melhor a operacionalização criminosa das empresas, dentre elas a MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI, GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP, VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA. EPP e AGROPECUÁRIA ITAUNA LTDA pela organização, é necessário detalhar as diligências investigatórias que conduziram a identificação e o papel de cada uma dentro desse sofisticado e complexo esquema de fraude estruturada.

### **Da empresa MULTISAFRA.**

Nesse sentido, a constituição da empresa MULTISAFRA Comércio de Cereais e Leguminosas EIRELI evidenciou a sofisticação dos integrantes para manter a continuidade do esquema ilícito.

Restou comprovado que a empresa fictícia MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELT, com o nome fantasia COMERCIAL MULTISAFRA, tendo como suposta sócia Jovanize Pereira da Silva, foi ardilosamente constituída pelo grupo criminoso, com o objetivo de compor seu portfólio e ser empregada, em momento oportuno, no interesse do esquema criminoso.

Segundo restou apurado, a partir do Boletim de Ocorrência n 2017.355153, datado de 25/10/2017, a pessoa da Jovanize Pereira da Silva declarou que, ao solicitar o recebimento do seguro-desemprego no SINE de Várzea Grande/MT, foi surpreendida com a informação que existia uma empresa de nome MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI, sediada em Sinop/MT, registrada em seu nome, ocasião em que afirmou que não constituiu a empresa (Id 83115525 – págs. 70/71).

Frise-se que, durante a deflagração da operação, foram apreendidos em poder do denunciando ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, que se identificava como VALDECIR MARQUES ou ALMIR

CARDOSO FERNANDES, vários documentos, dentre eles o Registro Civil Geral n. 1811739-2, em nome de Jovanize Pereira da Silva, conforme termo de deslacre e apreensão de Id 83112387 – págs. 93/98.

Assim, na posse dos documentos da vítima Jovanize, o réu ALMIR fez inserir no Instrumento Particular de Constituição da empresa MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI e na Declaração de Enquadramento de ME, declaração falsa de que Jovanize era sócia, com o fim de criar obrigação e alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, já que a empresa seria empregada pela organização criminosa para atender ao esquema da fraude estruturada de sonegação fiscal.

Destaque-se que o objeto social da empresa era o comércio atacadista de cereais e leguminosas, não restando dúvidas de que foi moldada para se ajustar ao mesmo perfil das outras empresas já cooptadas e criadas pelo grupo criminoso.

Desse modo, na data de 14/05/2016, o Instrumento Particular de Constituição da empresa e a Declaração de Enquadramento em ME foram protocolados junto a JUCEMAT, vindo o registro da empresa a se concretizar na data de 18/05/2016 (Id 83115525 – pág. 85 e seguintes).

Além disso, observou-se que no Instrumento Particular de Constituição e na Declaração de Enquadramento de ME as assinaturas lançadas como sendo de Jovanize Pereira da Silva tiveram firmas reconhecidas, na data de 16/05/2017, pelo Cartório de Registro Civil de Andradina/SP (Id 83115525 – pág. 94).

A fim de certificar a autenticidade desses atos, o Cartório de Registro Civil de Andradina/SP informou que, apesar da dificuldade de atestar ou não a autenticidade do selo público utilizado no reconhecimento de firma, em virtude da impossibilidade de decifrar a numeração pela fotocópia, Jovanize Pereira da Silva não possui cartão de

assinatura naquela serventia (Id 83115525 – pág. 97), confirmando a atuação da organização criminosa na constituição da empresa MULTISAFRA.

A ligação direta da empresa com a organização criminosa também se extrai do documento intitulado de "Termo de Posse de Administrador", datado de 30/06/2016 e registrado na JUCEMAT na data de 14/07/2016, em que Jovanize Pereira da Silva constituiu o outro integrante do grupo, o denunciado RIVALDO ALVES DA CUNHA, técnico em contabilidade, como representante, gestor e administrador da empresa MULTISAFRA, tratando-se, portanto, de documento particular ideologicamente falso (Id 83115525 – págs. 107/109).

Assim, os denunciados ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO (ALMIR FERNANDES CARDOSO/VALDECIR MARQUES) e RIVALDO ALVES DA CUNHA fizeram inserir no documento particular "Termo de Posse de Administrador" da empresa MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI declaração falsa que Jovanize Pereira da Silva constituía o denunciado RIVALDO ALVES DA CUNHA como representante, gestor e administrador da empresa, com o fim de criar obrigação e alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Reportando-se ao "Termo de Posse de Administrador", verifica-se que a assinatura lançada como sendo de Jovanize Pereira da Silva teve a firma reconhecida na data de 01/07/2014 pelo Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Pereira Barreto/SP, acompanhado do Selo de Autenticidade com a serie n. 0729AA039238 (Id 83115525 – págs. 107/109).

Para certificar a autenticidade desse ato, em resposta ao Ofício nº 55/2017/17ºCRIM, o Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Pereira Barreto/SP confirmou que o reconhecimento de firma de Jovanize Pereira da Silva era falso, contudo, foi usado selo público comprovadamente verdadeiro (Id 83115525 – págs. 113/114).



Nessas condições, os denunciados ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO (ALMIR FERNANDES CARDOSO/VALDECIR MARQUES) e RIVALDO ALVES DA CUNHA utilizaram indevidamente de selo público verdadeiro, consistente no Selo de Autenticidade com a Série nº 0729AA039238, originário do Tabelionato de Notas e Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Pereira Barreto/SP, no reconhecimento falso de firma de Jovanize Pereira da Silva, cuja assinatura foi aposta no Termo de Posse de Administrador de RIVALDO ALVES DA CUNHA na empresa MULTISAFRA COMERCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI, em prejuízo alheio e proveito da organização criminosa.

Importa, ainda, registrar que a ação da organização criminosa não se restringiu a tal ilícito, de modo que na data de 16/05/2017 os acusados ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO e RIVALDO ALVES DA CUNHA fizeram inserir, no documento particular intitulado de “Declaração de Desenquadramento de ME”, declaração falsa de que Jovanize Pereira da Silva requeria o desenquadramento da MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI da condição de microempresa, o qual foi registrado junto a JUCEMAT em 24/07/2017 (Id 83115525– pág. 122).

Seguindo a mesma dinâmica criminosa, tem-se que na Declaração de Desenquadramento em ME a assinatura lançada como sendo de Jovanize Pereira da Silva foi reconhecida como verdadeira, na data de 16/05/2017, pelo Ofício de Registro das Pessoas Naturais no 36 ° Subdistrito — Vila Maria de São Paulo/SP.

Todavia, o Ofício de Registro das Pessoas Naturais no 36° Subdistrito — Vila Maria de São Paulo/SP, confirmou que a pessoa de Jovanize Pereira da Silva não possui cartão de assinatura naquela serventia, bem como a etiqueta, os carimbos e assinatura não conferem com os padrões utilizados na serventia, registrando que o selo público empregado naquele falso reconhecimento de firma era verdadeiro, inclusive, apontando que o mesmo foi utilizado em outro ato em fevereiro de 2017 (Id 83115525 – pág. 120).

Desse modo, o denunciado ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO utilizou indevidamente selo público verdadeiro originário do Ofício de Registro das Pessoas Naturais no 36º Subdistrito — Vila Maria de São Paulo/SP, no reconhecimento falso de firma de Jovanize Pereira da Silva, cuja assinatura foi aposta na “Declaração de Desenquadramento em ME” da empresa MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELL em prejuízo alheio e proveito do grupo criminoso.

### **Da empresa ITAÚNA.**

A investigação revelou que a empresa AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA., cujos sócios são DIEGO de Jesus da Conceição e a empresa Portal da Amazônia Indústria Comércio e Exportação de Cereais Ltda., representada por ALMIR CARDOSO FERNANDES, e tendo como contabilista RIVALDO ALVES DA CUNHA, foi utilizada pela organização criminosa para a prática de sonegação fiscal.

Levantamento da SEFAZ/MT demonstrou que, entre 11/03/2017 e 22/03/2017, em apenas 12 dias, a AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA emitiu 280 notas fiscais eletrônicas referentes a operações interestaduais de venda de produtos agrícolas, como milho, caroço de algodão e feijão, gerando um débito de R\$ 755.903,44 em ICMS, sem recolhimento, causando prejuízo significativo ao erário (Id 84084051 – pág. 7).

Além disso, apesar do alto volume de transações, havia fortes indícios de que a empresa era de fachada, pois, conforme consulta ao sistema CAGED, possuía apenas um funcionário registrado desde junho de 2016 (Id 84084054 – pág. 49 e seguintes).

Outro elemento que reforça a suspeita de fraude é que todas as autorizações para emissão das notas fiscais eletrônicas da AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA foram feitas pelo IP 177.65.145.238, vinculado à empresa Ápice Administração e Gestão Empresarial Ltda., apontada como sede operacional da organização criminosa.

Nesse aspecto, é de se destacar a atuação dos denunciados **DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO** e **ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO** (usando os nomes falsos de **ALMIR CARDOSO FERNANDES/VALDECIR MARQUES**), sócios da empresa **AGROPECUARIA ITAUNA LTDA** e, novamente aparecendo no esquema seu responsável contabilista, o denunciado **RIVALDO ALVES DA CUNHA**, que tem utilizado a empresa como verdadeira "vendedora de notas fiscais" para acobertar operações de venda interestadual de produtos primários de origem agrícola, sem promover o devido recolhimento de ICMS.

De acordo com o histórico, a empresa **AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA** foi constituída no dia 07/01/2013, tendo como sócios Carlos Roberto Silva Batista e **NOVA ALIANÇA COMERCIO DE GRAOS LTDA-ME**.

Depois, no dia 12/05/2014, o denunciado **ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO** fez inserir, em documento particular, consistente na 1ª Alteração Contratual da empresa **AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA**, a falsa informação de que a pessoa de **ALMIR CARDOSO FERNANDES** era sócio ingressante na sociedade, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Cediço que a informação é inverídica, vez que seu verdadeiro nome é **ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO** (Id 83115527 – pág. 98 e seguintes).

Na posse desse documento particular ideologicamente falso (1ª alteração contratual), no dia 11/03/2015, os denunciados **ALMIR** e **RIVALDO** se dirigiram à SEFAZ/MT e fizeram inserir, em documento público, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, a falsa informação de que **ALMIR CARDOSO FERNANDES** era sócio da **AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA** (Id 83115527 – pág. 153/154).

Depois, no dia 02/12/2014, o denunciado **ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO** fez inserir, em documento particular, consistente na 2ª Alteração Contratual da empresa **AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA**, a falsa informação de ingresso na sociedade da empresa Portal da Amazônia

Indústria, Comércio e Exportação de Cereais LTDA, adquirindo 50% das quotas, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, em que o réu mais uma vez fez inserir o nome falso de ALMIR CARDOSO FERNANDES (Id 83115527 – págs. 111/112).

Na posse desse documento particular ideologicamente falso (2ª alteração contratual), no dia 08/12/2014, os denunciados ALMIR e RIVALDO se dirigiram à SEFAZ/MT e fizeram inserir, em documento público, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, a falsa informação de ingresso na sociedade da empresa Portal da Amazônia Indústria, Comercio e Exportação de Cereais LTDA, adquirindo 50% das quotas, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, em que o acusado mais uma vez fez inserir o nome falso de ALMIR CARDOSO FERNANDES (Id 83115527 – págs. 162/163).

Depois, no dia 10/02/2015, o denunciado ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO fez inserir, em documento particular, consistente na 3ª Alteração Contratual da empresa AGROPECUÁRIA ITAUNA LTDA, a falsa informação de que a empresa alterou o endereço comercial da empresa para Avenida Filinto Muller (Loteamento Jardim Kataguás), n. 2215, Edifício Rota Centro Empresarial, Sala 302, Centro Sul, no Município de Várzea Grande/MT, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, em que o denunciado mais uma vez fez inserir o nome falso de ALMIR CARDOSO FERNANDES (Id 83115527 – pág. 123).

Na posse desse documento particular ideologicamente falso (3ª alteração contratual), no dia 11/03/2015, os denunciados ALMIR e RIVALDO se dirigiram à SEFAZ/MT e fizeram inserir, em documento público, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, a falsa informação de que a empresa alterou o endereço comercial da empresa para Avenida Filinto Muller (Loteamento Jardim Kataguas), n. 2215, Edifício Rota Centro Empresarial, Sala 302, Centro Sul, no Município de Várzea Grande/MT, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, em que o denunciado, mais uma vez, fez inserir o nome falso de ALMIR CARDOSO FERNANDES (Id 83115527 – págs. 186/187).

No dia 20/08/2015, o denunciando ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO fez inserir, em documento particular, consistente na 4ª Alteração Contratual da empresa AGROPECUÁRIA ITATJNA LTDA, a falsa informação de aumento do capital social da empresa, que era de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, em que o denunciado mais uma vez fez inserir o nome falso de ALMIR CARDOSO FERNANDES (Id 83115527 – pág. 130/132).

No dia 07/04/2016, os denunciados ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO e DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO fizeram inserir, em documento particular, consistente na 5ª Alteração Contratual da empresa AGROPECUARIA ITAÚNA LTDA, a falsa informação de alteração do quadro societário com a retirada de ALMIR CARDOSO FERNANDES e ingresso do denunciado DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (Id 83115527 – págs. 140/141).

Na posse desse documento particular ideologicamente falso (5ª alteração contratual), no dia 15/04/2016, os denunciados DIEGO e **RIVALDO** se dirigiram à SEFAZ/MT e fizeram inserir, em documento público, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, a falsa informação de alteração do quadro societário com a retirada de ALMIR CARDOSO FERNANDES e ingresso do denunciado DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (Id 83115527 – págs. 201/203).

Frise-se que no cumprimento do Mandado de Busca e Apreensão na residência do réu ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO foram apreendidos dois cartões bancários em nome de DIEGO, a reforçar o envolvimento de ALMIR com o grupo criminoso.

Assim, mostra-se evidente a vinculação existente entre a AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA e a Orcrim, não só pelo acima exposto, mas também pelo fato de que 05 (cinco) veículos registrados em nome dela eram utilizados pela ÁPICE, que é a sede da organização, então liderada pelo denunciado WAGNER, já falecido, conforme ilustra o Relatório Técnico n. 029/2017/NI/DECFCAP (Id 84084051 - pág. 51 e seguintes).

### **Da empresa GÊNESIS.**

Restou comprovado que a organização criminosa identificou a existência da empresa CAMPGRÃOS COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA como alvo certo para operacionalização do esquema, vez que tinha como atividade o comércio atacadista de produtos primários de origem agrícola e se encontrava com as atividades paralisadas desde o ano de 2011, sendo que para a consecução do intento criminoso falsificou ideologicamente e usou selo falsificado para reativá-la.

Destaque-se, nesse particular, a atuação do réu RIVALDO ALVES DA CUNHA, responsável técnico de várias empresas utilizadas pela organização criminosa e, também, da GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP.

Demais disso, a ligação da empresa com a organização criminosa se reforça na medida em que nos aludidos requerimentos foi informado como endereço de e-mail para correspondência: contabeismt@hotmail.com, restando comprovado pela INFORMAÇÃO N. 030/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017, juntada ao Id 84084052 - pág. 66, que este e-mail pertence e está vinculado diretamente à empresa ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, sede operacional do grupo criminoso.

Decorridos quase cinco anos de inatividade da empresa CAMPGRÃOS, consta que, na data de 04/05/2016, o denunciado RIVALDO ALVES DA CUNHA fez inserir, em documento particular, consistente na 5ª

Alteração Contratual da empresa CAMPGRAOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS, a falsa assinatura de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja alterar a razão social e o objeto da empresa (Id 83115525 – págs. 232/233).

Além disso, observou-se que no mesmo documento (5ª Alteração Contratual) as assinaturas lançadas como sendo de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior tiveram firmas supostamente reconhecidas, na data de 16/05/2016, pelo Cartório de Registro Civil de Mairiporã/SP.

A fim de certificar a autenticidade desses atos, em resposta ao Ofício nº 56/2017/17aCRIM, o Cartório de Registro Civil de Mairiporã/SP informou que os selos 0553AA0047217 e 0055AA0047217, apesar de serem verdadeiros e pertencentes àquele Cartório Extrajudicial, não correspondem aos atos praticados (reconhecimentos das firmas de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior), bem como que esses cidadãos não possuem cadastro de assinaturas naquela Serventia (Id 83115525 – págs. 273/274).

Portanto, restou comprovado que o denunciado RIVALDO utilizou indevidamente os selos 0553AA0047217 e 0055AA0047217, que são verdadeiros, em proveito próprio e alheio, sendo que os destacou dos documentos verdadeiros, nos quais tinham sido colados, e os utilizou na 5ª Alteração Contratual da empresa GENESIS, para forjar o reconhecimento de firma de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Junior.

E, na posse desse documento ideologicamente falso, qual seja a 5ª Alteração Contratual, no dia 25/06/2016, o denunciado RIVALDO se dirigiu à SEFAZ/MT e inseriu em documento público, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, a falsa informação de que os sócios Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior estavam solicitando

a reativação com alteração cadastral da empresa GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA no sistema da SEFAZ/MT (Id 83115525 – pág. 249 e seguintes).

Depois, na data de 30/06/2016, o denunciado RIVALDO ALVES DA CUNHA novamente fez inserir em documento particular, consistente no Termo de Posse de Administrador da empresa GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP, a falsa assinatura de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja o fato de que os sócios da empresa constituíram ele próprio, RIVALDO, como administrador da empresa (Id 83115525 – págs. 241/242).

Além disso, observou-se que no mesmo documento (Termo de Posse de Administrador) as assinaturas lançadas como sendo de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior tiveram firmas supostamente reconhecidas na data de 01/07/2016 pelo mesmo Cartório de Registro Civil de Mairiporã/SP.

A fim de certificar a autenticidade desses atos, em resposta ao Ofício nº 56/2017/17ªCRIM, o Cartório de Registro Civil de Mairiporã/SP informou que os selos 00553AA0047213 e 0055AA004215, apesar de serem verdadeiros e pertencentes àquele Cartório Extrajudicial, não correspondem com os atos praticados (reconhecimentos das firmas de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior), bem como que esses cidadãos não possuem cadastro de assinaturas naquela Serventia (Id 83115525 – págs. 273/274).

Portanto, restou comprovado que o acusado RIVALDO utilizou indevidamente os selos 00553AA0047213 e 0055AA004215, que são verdadeiros, em proveito próprio e alheio, sendo que os destacou dos documentos verdadeiros, nos quais tinham sido colados, e os utilizou no Termo de Posse de Administrador da GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP, para forjar o reconhecimento de firma de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior.



Já na data de 12/07/2016, o denunciado RIVALDO ALVES DA CUNHA novamente fez inserir, em documento particular, consistente na 6ª Alteração Contratual da empresa GÊNESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP, a falsa assinatura de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Junior, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja o objeto da empresa (Id 83115525 – págs. 246/247).

Além disso, observou-se que no mesmo documento as assinaturas lançadas como sendo de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior tiveram firmas supostamente reconhecidas, na data de 18/07/2016, pelo Tabelionato de Notas e Protestos de Mairiporã/SP.

A fim de certificar a autenticidade desses atos, em resposta ao Ofício nº 56/2017/17ªCRIM, o Tabelionato de Notas e Protestos de Mairiporã/SP informou que os selos 0552AA0082039 e 0552AA0082038, apesar de serem verdadeiros e pertencentes àquele Cartório Extrajudicial, não correspondem com os atos praticados (reconhecimentos das firmas de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior), bem como que esses cidadãos não possuem cadastro de assinaturas naquela Serventia (Id 83115525 – pág. 285).

Portanto, restou comprovado que o denunciado RIVALDO utilizou indevidamente os selos 0552AA0082039 e 0552AA0082038, que são verdadeiros, em proveito próprio e alheio, sendo que os destacou dos documentos verdadeiros, nos quais tinham sido colados, e os utilizou na 6ª Alteração Contratual da empresa GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP, para forjar o reconhecimento de firma de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior.

Assim, na posse desse documento ideologicamente falso (6ª Alteração Contratual), no dia 25/07/2016, o denunciado RIVALDO se dirigiu à SEFAZ/MT e inseriu em documento público, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, a falsa informação de que os sócios

Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior estavam solicitando a alteração cadastral da empresa GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA no sistema da SEFAZ/MT. (Id 83115525 – pág. 249 e seguintes).

No curso das investigações, a pessoa de Roberto Carlos Garcia, então sócio da empresa CAMPGRÃOS COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA., na data de 09/08/2016, compareceu à Delegacia Especializada em Crimes Fazendários e Contra Administração Pública trazendo a suspeita de que sua empresa estava sendo utilizada em alguma fraude.

Decorre das declarações prestadas por ele à autoridade policial a afirmação de que desconhecia a existência e o registro da quinta e da sexta alterações contratuais da sua empresa CAMPGRAOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA, registradas na JUCEMAT, já que nem ele e nem o filho Roberto Carlos Garcia Júnior assinaram de próprio punho esses documentos (alterações), ressaltando, ainda, desconhecer o denunciado RIVALDO ALVES DA CUNHA, fato este reforçado em juízo por ROBERTO CARLOS GARCIA.

Nesse enquadramento fático, denota-se que o denunciado RIVALDO passou a comandar todas as atividades econômicas da empresa GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA para atender aos interesses da organização criminosa.

A INFORMAÇÃO Nº 032/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 da SEFAZ aponta que, no dia 19/07/2016, foi emitida a nota fiscal nº 3.837, a primeira pelo nome empresarial GÊNESIS AGROCOMERCIAL LTDA., cujo valor de RS 1.681,97 (um mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos) de ICMS devido, na operação acobertada pela referida nota fiscal, foi integralmente compensado pelo Recibo de Utilização de Crédito — RUC, número 115132016, gerado diretamente pelo denunciado RIVALDO ALVES DA CUNHA (Id 84084052 – pág. 83 e seguintes).

Pertinente registrar, ainda, que no presente esquema fraudulento a empresa COMÉRCIO DE ALIMENTOS SILVEIRA E SOARES LTDA (atualmente S. NEVES RIBEIRO EIRELI), emitiu 548 notas fiscais simulando operações internas de vendas de produtos primários de origem agrícola às empresas GENESIS, VIGOR e AGROPECUÁRIA ITAÚNA, somando R\$ 33.524.385,82 (trinta e três milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), que gerou em proveito delas o valor de R\$ 5.775.629,69 (cinco milhões, setecentos e setenta e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos) de créditos inidôneos de ICMS - INFORMAÇÃO Nº 003/GEMPP/SUFIS/SARP/SEFAZ/2017 – Id 83115528 – págs. 319/320.

Demais disso, o quadro de registro de empregados da empresa GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA reforça a situação de que a empresa CAMPGRAOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA foi reativada pela organização criminosa para compensar os créditos inidôneos de ICMS gerados pelas empresas fictícias identificadas nesta investigação, pois, em consulta ao CAGED, verificou-se que a empresa CAMPGRAOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA manteve apenas um funcionário registrado nos anos de 2009 a 2011, quando paralisou suas atividades, e, desde então, ficou sem nenhum vínculo empregatício registrado, guardando pertinência com as informações fornecidas por seu sócio Roberto Carlos Garcia.

Destarte, ficou comprovado que o denunciado RIVALDO falsificou e usou de documentos ideologicamente falsos para reativar as atividades econômicas da empresa CAMPGRAOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA e conferir-lhe a nova denominação de GÊNESIS AGROCOMERCIAL LTDA, que figurou desde o ano de 2016 como peça primordial, dentro desse sofisticado e complexo esquema de fraude estruturada arquitetado, visando auferir vantagem econômica indevida, ao promover sonegação fiscal no recolhimento de ICMS nas operações de vendas interestaduais.

Além disso, restou comprovado, também, que sob o comando do denunciado WAGNER, já falecido, a organização criminosa utilizou indevidamente de selos verdadeiros do Tabelionato de Notas e Protesto

de Mairiporã/SP, em prejuízo dos sócios Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior e, em proveito próprio, nos reconhecimentos de firma das assinaturas apostas nos documentos representados pela 5ª Alteração Contratual, 6ª Alteração Contratual e "Termo de Posse de Administrador" afetos à empresa GÊNESIS AGROCOMERCIAL LTDA., a fim de conferir ares de autenticidade formal às assinaturas falsas lançadas em tais documentos particulares para, no segundo momento, fazer uso deles.

Isso corrobora com as provas de que a empresa CAMPGRAOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA foi criminosamente manipulada e empregada pela Orcrim, ganhando destaque a atuação do denunciado RIVALDO ALVES DA CUNHA para introduzi-la e assim ser utilizada na fraude visando sonegação fiscal, tudo sob o comando do denunciado WAGNER, líder da organização criminosa.

**Do réu:**

## **5. KAMIL COSTA DE PAULA.**

Imputa-se ao réu a prática dos crimes do art. 2º da Lei n. 12.850/2013, art. 299, primeira parte, e art. 296, §1º, inciso II, por 02 vezes, ambos do Código Penal, em concurso material de crimes.

O réu, em juízo, negou a prática delitiva:

"[...] Que trabalhou na empresa Ápice como assessor contábil. Que nega os crimes, não sabe nada a respeito. Que fazia folha de pagamento na empresa Ápice. Não descarta a possibilidade de terem usado sua senha para alguma finalidade [...] que trabalhou até outubro de 2016, um ano antes da operação. Que o ALYSSON trabalhava com mais umas cinco pessoas, na mesma função dele [...]"

A denúncia, em relação ao réu KAMIL, narra o seguinte:

“KAMIL COSTA DE PAULA, na condição de contador e pessoa de confiança do LÍDER denunciando WAGNER, tinha a atribuição de garantir suporte operacional ao esquema criminoso, auxiliando diretamente os demais contadores que integravam a ORGANIZAÇÃO nas etapas de captação de empresas fictícias/fachadas para geração dos créditos inidôneos de ICMS, de emissão das notas fiscais fraudulentas e escrituração fiscal dessas empresas (fornecia seu login e senha da SEFAZ para o grupo).

Sua posição de confiança se estabelece na medida em que é o agente autorizado a proceder a inserção de dados no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) das empresas: ÁPICE, sede organizacional do grupo; GÊNESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP. e AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA., ambas beneficiárias dos CRÉDITOS INIDÔNEOS DE ICMS gerados pelo grupo.

Apesar de registrar em seu interrogatório que foi funcionário da empresa ÁPICE — MT CONTÁBIL, tendo se desligado em dezembro de 2016, é certo que mantém vinculação direta com empresa na medida em que figura como contabilista responsável da ELLO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA., empresa sócia da ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. O vínculo é tão estreito que os veículos supostamente utilizados pela ELLO nas suas atividades comerciais, estão registrados em nome da AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA., comandada por seu irmão o denunciando ALMIR, o proprietário de fato.

Importa registrar que o denunciando KAMIL também é contabilista responsável pela empresa fictícia REI GRÃOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA, identificada como uma das empresas geradoras de CRÉDITOS INIDÔNEOS DE ICMS

aproveitados pela ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, frisando-se, que é a própria ÁPICE, por intermédio do denunciando KAMIL, a responsável pela inserção dos dados cadastrais da empresa REI GRÃOS no CAGED.

No interesse da ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, restou comprovado que ele foi responsável pela elaboração e utilização de documento ideologicamente falso e, uso indevido de selos públicos verdadeiros, na alteração contratual da empresa FICTÍCIA REI GRÃOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.”

A denúncia sustenta que o réu, na qualidade de contador e pessoa de confiança do líder da organização criminosa, teria fornecido suporte operacional ao esquema ilícito, disponibilizando seu *login* e senha da SEFAZ para os demais integrantes do grupo e inserindo dados falsos no CAGED.

Para tanto, necessário se faz verificar a atuação da empresa **REI GRÃOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.**

Trata-se de empresa constituída em 18/03/1997, com registro no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED, supostamente localizada na Avenida Fernando Corrêa da Costa, n. 542, Edifício Vitória Régia, sala 07, Bairro Poção, em Cuiabá-MT.

Para certificar as atividades e o funcionamento da empresa, consta que a equipe do Núcleo de Inteligência da Delegacia Especializada em Crimes Fazendários e Contra a Administração Pública — DECFCAP se deslocou até o endereço declinado no cadastro da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso como sendo a sede da empresa. No local, registrou que, apesar de ter funcionado, primeiramente, na sala 07, e, posteriormente, na sala 04, há algum tempo a empresa não se

encontrava mais instalada no endereço, conforme certificado pelo Relatório Técnico nº 038/2017/NI/DECFAC — Id 84084054 – pág. 83 e seguintes.

A consulta realizada junto ao sistema CAGED corrobora que se trata de uma empresa fictícia cooptada e utilizada pela organização criminosa, pois o agente autorizado pela inserção de dados no cadastro é justamente o contabilista e integrante do esquema criminoso, o denunciado KAMIL COSTA DE PAULA, por intermédio da empresa ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL, consoante indica o Relatório Técnico n. 035/2017/N1/DECFCAP — Id 84084054 – pág. 68. No CAGED consta o registro de apenas uma única funcionária, Hevilin Mariana Souza Gonçalves, na condição de recepcionista, cuja admissão aponta a data de 27/06/2016.

Verifica-se que o denunciado KAMIL assumiu a responsabilidade como contabilista da empresa REI GRÃOS em 04/06/2016, por determinação do líder denunciado WAGNER, para que pudesse ser operada no esquema criminoso, tanto que, já em 07/06/2016, iniciaram-se as emissões de notas fiscais fraudulentas para gerar os créditos inidôneos de ICMS pela empresa (Id 83114159 – pág. 117 e seguintes):

Cadastro de Contribuintes	
Usuário: MT013984000 - KAMIL COSTA DE PAULA	Data: 28/06/2016
Consulta Genérica de Contribuintes	
Identificação do Contribuinte	
Inscrição Estadual: 13.367.241-7	Data de Validade da Inscrição Estadual:
Status: Ativo	
Tipo de Contribuinte: COMÉRCIO E INDÚSTRIA	C.N.P.J.: 01.790.015/0001-63
Razão Social: REI GRÃOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.	
Nome Fantasia: REI GRÃOS	
Micro Empreendedor Individual: Não	
Simplex Nacional: Data de Início Simplex Nacional:	
Ultrapassou Sublimite Estadual?	Enquadrado no Sublimite Intermediário?
Natureza Jurídica: 2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	
Capital social: 200.000,00	Porte da Empresa: -
Número do Registro de Abertura na Junta Comercial: 51201217998	Data do Registro de Abertura na Junta Comercial: 09/0
Número do Último Arquivamento na Junta Comercial:	Data do Último Arquivamento na Junta Comercial:
Data de Cadastramento na Sefaz: 17/02/2009	
Informações Econômicas	
Obrigado a EFD: Sim (Consultar EFD)	Forma de Atuação: ESTABELECIMENTO FIXO
	Classificação da Unidade Matriz
Tipo Unidade Estabelecimento: -	
Área Construída: 36,00 m²	
C.N.A.E.: 4683-4/00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	
C.N.A.E. Secundárias: 4622-2/00 - Comércio atacadista de soja 4623-1/08 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada 4632-0/01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	
Número do Alvará: 83220	Data do Alvará: 10/02/2012
Informações do Contribuinte	
C R C.: MT013984000	Nome: KAMIL COSTA DE PAULA
	Situação: Ativo
	Preposto
	<a href="#">Consultar Preposto</a>
Última Atualização	
Data.: 04/06/2016	Motivo: 43 - OUTRAS ALTERACOES, EXCETO DE RAZAO SOCIAL
	Origem: Cont

Consta da denúncia que, a partir da manipulação da empresa pela organização criminosa, a REI GRÃOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA, na data de 14/06/2016, teve a sua 7ª Alteração Contratual, oportunidade em que os denunciados WAGNER e KAMIL COSTA DE PAULA fizeram inserir a declaração falsa de ingresso dos sócios "laranjas" Alexandre Martins Ramalho e Joaquim Rosa Festeira, com o fim de criar obrigação e alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (Id 83114159 – págs. 109/110).

A reforçar que a mudança no quadro societário foi promovida pela organização criminosa em nome de laranja, no cumprimento do Mandado de Busca e Apreensão na residência do denunciado ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO foram apreendidos a Carteira de Trabalho e Previdência Social e o Registro Geral em nome do suposto sócio Joaquim Rosa Ferreira, e o Registro Geral do suposto sócio Alexandre Martins Ramalho, conforme termo de deslacre e apreensão de Id 83112387 – págs. 93/98.



Ademais, a denúncia narra que o réu KAMIL COSTA DE PAULA utilizou indevidamente dos selos públicos verdadeiros, consistente nos Selos de Autenticidade com a série nº 0325AA0047209 e 0325AA0047210, originários do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Franco da Rocha-SP, nos reconhecimentos falsos de firma de Alexandre Martins Ramalho e Joaquim Rosa Ferreira, cujas assinaturas foram apostas na Sétima Alteração Contratual da empresa REI GRÃOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA., em prejuízo alheio e em proveito da organização criminosa.

Prova do alegado é que em resposta ao Ofício nº 52/2017/17ºCRIM, o Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Franco da Rocha-SP informou que Alexandre Martins Ramalho e Joaquim Rosa Ferreira não tinham cadastro de firma naquela serventia, não guardando o texto da etiqueta similitude com o da serventia e, ressaltando, que os selos de autenticidade deram saída do sistema no dia 10/06/2016 e no dia 16/06/2016, conforme lançado na alteração contratual (Id 83114159 – pág. 106).

Outrossim, importa registrar que a Sétima Alteração Contratual da empresa somente veio a ser registrada junto a JUCEMAT apenas na data de 27/04/2017 (Id 83114159 – pág. 109), portanto, todas as circunstâncias da alteração no quadro societário apontam que foram promovidas para atender ao intento criminoso da organização.

Neste ponto, especificamente quanto aos delitos de falsidade ideológica e uso indevido de selo verdadeiro, a despeito da comprovação das fraudes, não há provas suficientes de que o réu tenha diretamente praticado as falsificações indicadas na denúncia, notadamente porque não consta seu nome nos documentos fraudulentos, podendo a falsificação ter sido realizada por outras pessoas envolvidas no esquema, afigurando-se inviável implicá-lo na falsificação e uso indevido de selo público somente por ser o contador responsável da empresa. Dessa forma, eventual condenação nesses crimes configuraria responsabilidade objetiva, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.

De toda a sorte, restou comprovado que a empresa REI GRÃOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA, no período apurado, manipulada pela agremiação criminosa, emitiu 131 notas fiscais inidôneas, simulando operações de comercialização interna de produtos agrícolas que somaram R\$ 6.753.664,02 e, ao optar pelo destaque do ICMS, deixou de recolher ao fisco estadual o valor de R\$ 1.161.220,64 (um milhão, cento e sessenta e um mil, duzentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos) de ICMS incidente, gerando crédito de ICMS inidôneos aproveitados pela Orcrim.

Destarte, denota-se que o réu KAMIL era um dos responsáveis pela contabilidade das empresas utilizadas no esquema fraudulento, incluindo a REI GRÃOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA. O acusado disponibilizou seu acesso ao sistema SEFAZ para a emissão de notas fiscais fraudulentas e inseriu informações falsas no CAGED, de modo que resta caracterizada a prática do crime de participação em organização criminosa.

O dolo do acusado KAMIL fica evidenciado pela utilização de sua senha pessoal e intransferível para a prática dos atos ilícitos. O fato de KAMIL ser contador e ter pleno conhecimento da necessidade de sigilo de suas credenciais indica que ele, ao permitir ou não impedir o uso indevido de sua senha, como por ele alegado, contribuiu conscientemente para a fraude.

A alegação de que sua senha foi utilizada sem seu conhecimento não afasta sua responsabilidade, pois é dever do profissional zelar pela confidencialidade de seus dados de acesso, especialmente em um contexto de manipulação contábil criminosa.

Ademais, o próprio interrogatório do corréu EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE confirma que as senhas de KAMIL continuaram sendo utilizadas mesmo após sua saída da empresa, o que demonstra, no mínimo, sua anuência tácita à prática delitiva.

Ora, se o réu KAMIL tivesse agido de forma diligente e comunicado às autoridades competentes a suspeita de uso indevido de sua senha, poderia afastar qualquer conivência com os atos ilícitos. No entanto, sua omissão e a continuidade do uso de suas credenciais configuram um indício claro de sua participação voluntária no esquema fraudulento.

Os depoimentos dos corréus, embora tentem minimizar a participação de KAMIL, demonstram que WAGNER tinha amplo acesso às senhas dos contadores. Contudo, isso não exime o denunciado de responsabilidade, pois, sendo profissional da área contábil, deveria ter adotado medidas para impedir tal uso indevido.

Além disso, a inserção de dados falsos nos sistemas fiscais, especificamente no caso da empresa REI GRÃOS COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA, só foi possível mediante o uso das credenciais de contadores registrados, como do réu KAMIL, de modo que a justificativa de que ele não tinha conhecimento do uso de sua senha carece de verossimilhança, uma vez que tais operações exigem autenticação e conferência por parte do profissional responsável, a qual certamente foi cedida por ele.

Portanto, diante das provas documentais e testemunhais que demonstram a continuidade da utilização das credenciais de KAMIL em atos ilícitos e sua omissão em impedir o aludido uso, conclui-se que o réu não apenas permitiu, mas contribuiu conscientemente para a prática dos crimes em questão, a revelar o dolo necessário para sua responsabilização penal.

### **Dos réus:**

**6. PAULO PEREIRA DA SILVA;**

**7. EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE;**

**8. PAULO SERAFIM DA SILVA.**

Constam as seguintes imputações aos réus:

PAULO SERAFIM DA SILVA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e art. 299, segunda parte, do Código Penal.

PAULO PEREIRA DA SILVA, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e art. 299, segunda parte, do Código Penal.

Os réus, em juízo, negaram a prática delitiva nos seguintes termos:

#### **Interrogatório réu EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE**

“[...] Que trabalhava na empresa Ápice e efetuava lançamentos fiscais das empresas clientes. Que só fazia a escrituração fiscal, alimentando o sistema de contabilidade. Que o WAGNER passava a documentação para o declarante regularizar as empresas clientes. Que a empresa GOLDEN foi captada pelo réu WAGNER e o declarante ficou como contador para regularizá-la. Que quando chegou na empresa já havia várias senhas de contadores para baixar planilhas e fazer a escrituração fiscal, alimentava o sistema com essas senhas. Que quando chegou na empresa, o KAMIL foi mandado embora pouco tempo depois, mas se recorda que as senhas dele continuavam a ser usadas por ordem do WAGNER. Que os documentos que inseria no sistema já vinham da SEFAZ, não tinha como desconfiar da inidoneidade [...]”

**Interrogatório do réu PAULO SERAFIM DA SILVA**

"[...] Que foi contador da empresa MULTI Comércio de Cereais, da abertura a meados de 2015, quando parou suas atividades, ela existia normalmente. Que durante o período que foi contador, nunca emitiu nada inidôneo. Que não conhece o WAGNER e nem a empresa Ápice. Que Mauro Augusto era cliente do escritório do declarante. Que a interceptação se refere a uma conversa com ele (Mauro) pedindo para abrir uma empresa. Que a SEFAZ barrou a abertura da empresa e pediu vários documentos, e a empresa não foi finalizada. Sobre a Multi Cereais, o dono (Mairo) começou a pegar dinheiro de terceiros para movimentar a empresa. Que o dono ficou devendo e um dos credores, de nome Joaquim, "tomou" a empresa Multi para ele. Que o Joaquim criou outra empresa no mesmo endereço da Multi, a qual logo foi desativada. Que como precisava tirar a empresa MULTI do local da empresa nova, foram acertados valores de honorários, DARFS da receita federal e junta comercial para fazer a alteração. Que não imaginava que o dono da Multi fosse usar a empresa, cujo nome do declarante ainda constava como contador responsável. No final de 2016 começou a receber e-mail da SEFAZ sobre notificação da empresa MULTI, ocasião em que excluiu seu nome e notificou pelo Jornal Gazeta dizendo que não fazia mais parte da MULTI. Que não emitiu nota, crédito, etc. em relação à empresa MULTI. Que nunca forneceu sua senha para o WAGNER ou alguém da empresa Ápice [...]".

**Interrogatório réu PAULO PEREIRA DA SILVA**

"[...] Que nega os fatos e conhecer as empresas e demais réus. Que não conhece a empresa Ápice [...]".

Contudo, diante do acervo probatório amealhado aos autos, verifica-se que elementos colhidos durante a persecução penal indicam a participação dos réus nos crimes investigados.

Ressai dos autos que os réus EVANDRO, PAULO PEREIRA e PAULO SERAFIM, todos contadores e/ou técnicos em contabilidade, desempenhavam a tarefa de fornecer o suporte operacional ao esquema criminoso, vez que detinham a atribuição de identificar, constituir e promover alterações, ou mesmo reativar empresas fictícias/fachadas, para conferir a continuidade da fraude estruturada, competindo-lhes, ainda, a alimentação da base de dados junto à SEFAZ/MT, orientando e emitindo as notas fiscais fraudulentas, identificando quais empresas fictícias/fachadas seriam utilizadas e qual o volume de venda de notas seria comercializado.

A denúncia assim delimita a atuação dos réus:

**"2- PAULO PEREIRA DA SILVA:** na condição de contador, integrava a ORGANIZAÇÃO atuando como contabilista responsável junto a SEFAZ/MT da empresa fictícia MULTISAFRA COMERCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI ME; e pela empresa de fachada VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA. EPP., identificada no esquema como empresa beneficiária tributária dos CRÉDITOS INIDÔNEOS DE ICMS fabricados pela ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.

No interesse da ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, restou comprovado que foi responsável pela elaboração e utilização de documento ideologicamente falso na solicitação de cadastro da empresa MULTISAFRA COMERCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI ME junto a SEFAZ/MT.

**3- EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE,** na condição contador, está devidamente registrado no quadro de funcionários na empresa ÁPICE, desde o dia 16 de novembro de 2016,

fazendo a contabilidade da empresa, ocupando função estratégica na ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA na medida em que era responsável pela escrituração de todas as 56 (cinquenta e seis) empresas captadas pela agremiação, para confecção de notas fiscais fraudulentas e aproveitamento dos créditos inidôneos de ICMS.



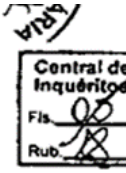
O denunciando figura como contabilista responsável junto a SEFAZ/MT da GOLDEN AGRONEGÓCIOS E ARMAZÉNS GERMS LTDA, importante empresa do grupo, o que será demonstrado de forma mais detalhada adiante. No interesse da ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, restou comprovado que o denunciando foi responsável pela elaboração e utilização de documento ideologicamente falso, na reativação da inscrição estadual dessa empresa junto a SEFAZ/MT.

**4- PAULO SERAFIM DA SILVA**, na condição de contador, integra a organização atuando como contabilista responsável junto a SEFAZ/MT da empresa fictícia, geradora de CRÉDITO INIDÔNEOS DE ICMS: MULT COMÉRCIO DE CEREAIS EIRELL, bem como, na constituição de empresas fictícias, visando a continuidade delitiva do esquema. Confessa em seu interrogatório que, notificado no ano de 2016 pela SEFAZ/MT acerca da existência de vultoso valor de débito de ICMS da empresa MUTLT, não adotou nenhuma providência formal para afastar sua responsabilidade perante o órgão de fiscalização.”

Para verificação da atuação do réu **PAULO PEREIRA DA SILVA**, necessário rememorar a participação da empresa MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI, já analisada no capítulo dos réus ALMIR e RIVALDO.

Observou-se que no "Instrumento Particular de Constituição" e na "Declaração de Enquadramento de ME" as assinaturas lançadas como sendo de Jovanize Pereira da Silva tiveram firmas reconhecidas, na data de 16/05/2016, pelo Cartório de Registro Civil de Andradina/SP.

A fim de certificar a autenticidade desses atos, em resposta ao Ofício nº 53/2017/17CRIM, o Cartório de Registro Civil de Andradina/SP informou que, apesar da dificuldade de atestar ou não a autenticidade do selo público utilizado no reconhecimento de firma, em virtude da impossibilidade de decifrar a numeração pela fotocópia, Jovanize Pereira da Silva não possui cartão de assinatura naquela serventia, confirmando a atuação da organização criminosa na constituição da empresa MULTISAFRA, na qual o denunciado PAULO PEREIRA DA SILVA passou a ser o responsável técnico junto à SEFAZ (Id 83115525 – pág. 74):

<b>Secretaria de Estado de Fazenda</b>					
		<b>Governo do Estado de Mato Grosso</b>			
<b>Cadastro de Contribuintes</b>					
Usuário: 735078659 - RUBENS MARCELINO DOS SANTOS		Data: 26/10/2017 - 16:34:32			
<b>Consulta Genérica de Contribuintes</b>					
<b>Identificação do Contribuinte</b>					
<b>Inscrição Estadual Provisória</b>					
Inscrição Estadual: 13.640.771-4		Data de Validade da Inscrição Estadual:			
Status:	Motivo: 110 - SUSPENSÃO POR NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA DE LAUDO DE VISTORIA -				
Suspensão:	29/08/2016				
Tipo de Contribuinte: COMÉRCIO E INDÚSTRIA		C.N.P.J.: 24.833.414/0001-60			
Razão Social: MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS					
EIRELI - ME					
Nome Fantasia: COMERCIAL MULTISAFRA					
Micro Empreendedor Individual: Não					
Simples Nacional: Data de Início Simples Nacional:					
Ultrapassou Sublimite Estadual?					
Enquadrado no Sublimite Intermediário?					
Natureza Jurídica: 2305 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (de Natureza Empresária)					
Porte da Empresa: Microempresa					
Capital social: 100.000,00					
Número de Registro de Abertura na Junta Comercial: 51600087591					
Data do Registro de Abertura na Junta Comercial:					
Número do Último Arquivamento na Junta Comercial:					
Data do Último Arquivamento na Junta Comercial: 20/07/2016					
Data de Cadastramento na Sefaz: 27/07/2016					
<b>Informações Econômicas</b>					
Obrigado a EFD: Sim (Consultar EFD) Forma de Atuação:					
Classificação da Unidade: MATRIZ					
Tipo Unidade Estabelecimento: -					
Área Construída: 18,00 m²					
C.N.A.E.: 4632-0/01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados					
C.N.A.E. Secundárias: 4622-2/00 - Comércio atacadista de soja 4623-1/99 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente 4632-0/03 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada 4633-8/01 - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos					
Número do Alvará: Data do Alvará:					
<b>Informações do Contabilista</b>					
Situação: Ativo					
C R C.: MT005168008 Nome: PAULO PEREIRA DA SILVA					
Preposto / Representante Legal					
Consultar Representante Legal					
[Não há preposto]					

Registre-se que o denunciado PAULO PEREIRA DA SILVA também é o contador responsável pela empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP, identificada no esquema como empresa beneficiária



tributaria dos créditos inidôneos de ICMS fabricados pela Orcrim.

Consta da denúncia que, na posse desses documentos ideologicamente falsos (Ato de Constituição de Empresa e Declaração de Enquadramento de ME), no dia 21/07/2016, o denunciado PAULO PEREIRA DA SILVA se dirigiu à SEFAZ/MT e fez inserir em documento público, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, a falsa informação de que Jovanize Pereira da Silva solicitava o cadastramento de contribuinte da empresa MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI (Id 83115525 – pág. 130 e seguintes).

Neste ponto, especificamente quanto ao delito de falsidade ideológica, a despeito da comprovação das fraudes, não há provas suficientes de que o réu tenha diretamente praticado as falsificações indicadas na denúncia, notadamente porque não consta seu nome nos documentos fraudulentos, podendo a falsificação ter sido realizada por outras pessoas envolvidas no esquema, afigurando-se inviável implicá-lo na falsificação somente por ser o contador responsável da empresa. Dessa forma, eventual condenação nesse crime configuraria responsabilidade objetiva, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.

De toda a sorte, restou comprovado que a empresa VIGOR, cujo contabilista era o réu PAULO PEREIRA, compreendendo o período de 21 a 29 de agosto de 2016, adquiriu produtos primários de origem agrícola correspondente a R\$ 2.935.535,00 (dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais), o que possibilitou em apenas 9 (nove) dias de operação o aproveitamento de R\$ 598.206,68 (quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e seis reais e sessenta e oito centavos) em créditos de ICMS, consoante tabela reproduzida da INFORMAÇÃO Nº 032/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id 84084052 – pág. 83 e seguintes). Nesse sentido:

Em 29/08/2016 é emitida a nota fiscal no. 4 - primeira nota fiscal após reativação. A partir da nota 6, emitida no mesmo dia 29/08/2016, todo o ICMS destacado foi integralmente compensado por Recibos de Utilização de Crédito (RUC) – gerados pelo contabilista **PAULO PEREIRA DA SILVA**. A título de ilustração do absurdo, nos 3 (três) primeiros dias de atividade, a empresa VIGOR compensou por essa sistemática, **R\$ 238.274,90**.

É absolutamente inconcebível que uma empresa, de qualquer ramo, já em suas primeiras operações de venda, tenha acumulado créditos de ICMS suficientes para simplesmente não haver saldo a pagar de ICMS. Cabe então analisar, por outro ângulo, o conjunto de operações de entrada na empresa VIGOR COMERCIO DE CEREAIS LTDA EPP (IE 13.444.829-4) ocorridas anteriormente à emissão da primeira nota fiscal de saída (29/08/2016).

Período: 21 a 29 de Agosto de 2016

IE EMISSOR	NOME EMISSOR	CFOP	Soma de VALR NOTA FISCAL	Soma de TOTAL ICMS
133732959	CEREAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME	5102	885.411,00	150.519,88
	COMERCIAL DE ALIMENTOS SILVEIRA E SOARES LTDA	5119	108.108,00	22.360,34
133910270	GOLDEN AGRONEGOCIOS E ARMAZENS GERAIS LTDA	5119	718.748,50	
135824796	BRUNO ALBERICI ME	5118	6.260,00	
135922143	C.A. GOMES DA SILVA EPP	5102	520.780,00	183.715,94
136084125	EDSON DA SILVA OLIVEIRA ME	5102	657.752,00	111.817,84
136248039	CEREALISTA CRUZEIRO DO SUL COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME	5102	763.484,00	129.792,28
Total Geral			3.660.543,50	598.206,28

Destarte, denota-se que o réu PAULO PEREIRA era um dos responsáveis pela contabilidade das empresas utilizadas no esquema fraudulento, incluindo a VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP. O acusado disponibilizou seu acesso ao sistema SEFAZ para a emissão de notas fiscais fraudulentas, de modo que resta caracterizada a prática do crime de participação em organização criminosa.

O dolo do acusado fica evidenciado pela utilização de sua senha pessoal e intransferível para a prática dos atos ilícitos. O fato de o réu PAULO PEREIRA ser contador e ter pleno conhecimento da necessidade de sigilo de suas credenciais indica que ele, ao utilizar, permitir ou não impedir o uso indevido de sua senha, contribuiu conscientemente para a fraude.

Além disso, a inserção de dados falsos nos sistemas fiscais, especificamente no caso da empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP, só foi possível mediante o uso das credenciais de contadores

registrados, como do réu PAULO PEREIRA, de modo que a justificativa de que ele não tem participação nos crimes carece de verossimilhança, uma vez que tais operações exigem autenticação e conferência por parte do profissional responsável, a qual certamente foi realizada ou cedida por ele.

Portanto, diante das provas documentais e testemunhais que demonstram a continuidade da utilização das credenciais de PAULO PEREIRA em atos ilícitos e sua omissão em impedir o aludido uso, conclui-se que o réu não apenas permitiu, mas contribuiu conscientemente para a prática dos crimes em questão, a revelar o dolo necessário para sua responsabilização penal.

Destarte, o dolo na sua conduta é evidente, pois atuou de forma consciente e voluntária para assegurar a operacionalização do esquema criminoso, viabilizando a sonegação fiscal milionária e a ocultação dos reais beneficiários dos ilícitos, incidindo, assim, no crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

Quanto à atuação do réu **EVANDRO**, necessária a verificação da participação da empresa **GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA**.

Segundo as investigações, a **GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA** é uma empresa de fachada, com sede no Município de Sorriso-MT, comandada pelo líder da organização criminosa, o denunciado WAGNER, e pelo contabilista denunciado **EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE**, empregada no esquema criminoso com várias atribuições.

Desde o início da sua constituição, em 02 de junho de 2010, a empresa passou por diversas alterações contratuais, ganhando a denominação social de **GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS**

LTDA na Terceira Alteração Contratual, ocorrida em 15/01/2014, quando permaneceu em seu quadro societário Luciano Ricardo Spanhol e ingressou novo sócio Ademir Ives Bonfim.

A SEFAZ apurou que do início de suas atividades até o ano de 2015 a GOLDEN sempre foi uma empresa de pequeno porte, com faturamento anual nunca superior a R\$ 4.500.000.00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), conforme INFORMAÇÃO nº 033/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id 84084052 – pág. 95 e seguintes), e quando foi cooptada pela organização criminosa em 2016, como alvo certo para garantir suporte à implementação da fraude fiscal, o seu quadro societário passou a ser composto por "laranjas", visando justamente distanciá-la de qualquer vínculo com a atuação do grupo criminoso e, ainda, frustrar qualquer ação do fisco estadual para buscar a recuperação do crédito tributário sonegado.

As extensas alterações contratuais registradas pela empresa junto à JUCEMAT comprovam a atuação criminosa e deliberada dos denunciados WAGNER e EVANDRO na condução da empresa GOLDEN.

Da análise acurada da Quarta Alteração Contratual da empresa GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., tem-se que foi lavrada de forma forjada na cidade de Sorriso/MT, na data de datada de 01/03/2016, conferindo falsamente a condição de sócios ingressantes "laranjas": Severiano da Silva Rondon e Antônio Marcos Stoppi, com a saída dos sócios Luciano Ricardo Spanhol e Ademir Ives Bonfim, alterando completamente de seu quadro societário (Id 83115528 – págs. 188/191).

Na sequência, em poucos meses, precisamente na data de 19/05/2016, o denunciado WAGNER FLORÊNCIO PIMENTEL, como gestor de fato e interessado, fez inserir na 5ª Alteração Contratual da empresa GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., declaração falsa de mudança no quadro societário, registrando a saída de Antônio Marcos Stoppi e a entrada do novo sócio "laranja" Everton Gonçalves, permanecendo na sociedade apenas Severiano da Silva Rondon na

condição de sócio administrador, com o fim de criar obrigação e alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, buscando seu ajuste ao intento criminoso (Id 83115528 – págs. 197/198).

A corroborar que a mudança no quadro societário foi promovida pela organização criminosa em nome de “laranja”, no cumprimento do Mandado de Busca e Apreensão na residência do denunciado ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO foi apreendido o Registro Geral do suposto sócio Everton Gonçalves, conforme termo de deslacre e apreensão de Id 83112387 – págs. 93/98.

Comprovou-se que os reconhecimentos de firma de Antônio Marcos Stoppi e Severiano da Silva Rondon, frise-se, ambos residentes em Cuiabá-MT, foram realizados, sem indicar se por semelhança ou autenticidade, pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Aragarças/GO, na data de 20/05/2016, sendo que em relação ao sócio ingressante Everton Gonçalves, residente em Sinop/MT, o reconhecimento de firma foi realizado pelo Cartório de Registro Civil de Mairiporã/SP, sendo o seu documento de identificação autenticado no dia 18/05/2016 no 5º Ofício Notarial e Registral de Imóveis de Cuiabá/MT.

Buscando aferir a autenticidade desses reconhecimentos, em resposta ao ofício n. 049/2017/17CRIM, o Cartório do 1º Ofício de Notas de Aragarças/GO apontou que em 2014 a serventia foi informatizada, e desde então não mais se utilizam selos físicos, bem como registrou que a etiqueta empregada no falso foi assinada pelo sub-oficial Reinaldo Ferreira de Moraes, sendo que, nessa época, a pessoa de Gláucia Martins Luiz Hippler já tinha sido nomeada interinamente para responder pela serventia, portanto, tal etiqueta deveria levar o nome da servidora Gláucia e não de Reinaldo (Id 83115528 – págs. 228/230).

Consoante se observa, mais uma vez foram utilizados selos públicos verdadeiros emitidos pelo Cartório de Registro de Civil de Mairiporã-SP e empregados em outros documentos fabricados pelo

grupo delinquencial, tudo para garantir o reconhecimento das firmas dos novos sócios "laranjas", facilitando com isso a utilização da empresa pelo líder WAGNER.

Ao analisar detidamente o selo de autenticidade de numeração de série 0553AA0047214 do Cartório de Registro Civil de Mairiporã-SP, verifica-se que foi utilizado na etiqueta de reconhecimento de firma de Everton Gonçalves com data de 23/05/2016, que não guarda cronologia com aqueles selos públicos verdadeiros utilizados e oriundos do mesmo cartório para os reconhecimentos de firma das assinaturas falsas dos sócios Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior da empresa CAMPGRÃOS COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA., quando então se denominou GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP e passou a ser gerida pela organização criminosa, como analisado anteriormente.

No caso da CAMPGRÃOS COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREALS LTDA., os selos de autenticidade de numeração de série 0553AA0047213 e 0553AA0047215 foram utilizados para reconhecimento de firmas, respectivamente, de Roberto Carlos Garcia e Roberto Carlos Garcia Júnior, de sorte que as etiquetas forjadas remetem-se à data de 01/07/2016, portanto, numa sequência numeral que não guarda correlação com as datas em que foram emitidas, já que é certo que o selo número 0553AA0047214 também deveria ter sido empregado na mesma data e não em data anterior de 23/05/2016.

Nesse sentido, o próprio Cartório de Registro Civil de Mairiporã-SP, em resposta ao Ofício nº 56/2017/17CRIM, enfatizou não só que os reconhecimentos de firmas não eram autênticos, como registrou a divergência das datas de utilização dos selos na forma posta (ID 83115528 – págs. 219/220).

Assim, tem-se por demonstrado que os selos públicos verdadeiros foram usados pela organização criminosa para acobertar os falsos ideológicos que levaram às alterações contratuais das empresas

CAMPGRÃOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA. e GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., para atender ao esquema criminoso.

A prova do domínio e controle da organização criminosa sobre a empresa GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA está comprovada pelas taxas estaduais e federais relativas aos serviços da JUCEMAT e da Receita Federal do Brasil referentes à 5ª Alteração Contratual, na medida em que foram pagas por transferências bancárias realizadas pelo denunciado WAGNER, à semelhança do constatado na 2ª Alteração Contratual da empresa VIGOR COMERCIO DE CEREAIS LTDA. EPP (Id 83115528 – págs. 203/204).

Importa registrar que essa 5ª Alteração Contratual foi apresentada na SEFAZ/MT para alteração cadastral, que a homologou na data de 01/06/2016. Porém, em 23/11/2016, a empresa teve sua inscrição estadual suspensa, o que motivou o contabilista e integrante do grupo criminoso, o denunciado **EVANDRO REZENDE**, a buscar sua reativação junto à SEFAZ/MT.

Desse modo, a denúncia narra que, no dia 28/12/2016, o réu EVANDRO TEIXEIRA REZENDE se dirigiu à SEFAZ/MT e inseriu em documento público, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, por meio do processo n. 5193784/2016, a falsa informação de que Severiano da Silva Rondon solicitava a reativação sem alteração cadastral da empresa GOLDEN AGRONEGÓCIOS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., mesmo tendo plena ciência da falsidade ideológica representada pela 5ª Alteração Contratual, porque o grupo precisava que a empresa continuasse a emitir notas fiscais fraudulentas para a organização (Id 83115528 – págs. 240/242).

Neste ponto, especificamente quanto ao delito de falsidade ideológica, a despeito da comprovação das fraudes, não há provas suficientes de que o réu tenha diretamente praticado a falsificação indicadas na denúncia, notadamente porque não consta seu nome nos documentos fraudulentos, podendo a falsificação ter sido realizada por

outras pessoas envolvidas no esquema, afigurando-se inviável implicá-lo na falsificação somente por ser o contador responsável da empresa. Dessa forma, eventual condenação nesses crimes configuraria responsabilidade objetiva, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.

Frise-se, embora tenha sido apontado como contador responsável da empresa, não há qualquer elemento que comprove que ele tenha redigido, assinado ou ordenado a falsificação dos documentos, ao contrário, a própria denúncia narra que a falsificação do documento foi de responsabilidade do corréu WAGNER, cujas informações, posteriormente, foram inseridas pelo réu EVANDRO na SEFAZ.

Assim, a simples ciência da existência de fraudes, sem que haja prova de sua efetiva atuação no ato ilícito, não é suficiente para imputar-lhe responsabilidade criminal.

Superada essa questão, observe-se que, à semelhança do que ocorreu com a GÊNESIS AGROCOMERCIAL LTDA (CAMPGRÃOS), a organização criminosa fabricou os reconhecimentos de firmas em cartórios situados fora do Estado de Mato Grosso para promover as alterações contratuais e, neste caso em particular, valeu-se de "laranjas" intitulados de "empresários" que, aparentemente, não tem capacidade econômica para suportar as transferências das cotas, apenas para formalmente compor o quadro societário, já que, na prática, a empresa GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA estava sob o controle do líder WAGNER e do contador responsável junto à SEFAZ, o denunciado EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE que, repita-se, estava registrado no CAGED como funcionário da ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., sede operacional da organização.

Importa destacar que a utilização da empresa no esquema criminoso guarda justamente correlação com as alterações contratuais que a organização criminosa promoveu, pois é a partir de abril de 2016 que o seu faturamento se alterou drasticamente, saltando de R\$ 4.362.894,75 (quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos) em 2016 para R\$



211.748.873,40 (duzentos e onze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e três reais e quarenta centavos) em 2017, contando, portanto, com a participação direta do denunciado EVANDRO REZENDE, responsável pela escrituração fiscal da empresa.

A comprovar que se tratava de uma empresa de fachada, apesar do seu faturamento milionário, chama a atenção o fato de ter mantido 05 (cinco) funcionários registrados no CAGED, entre os anos de 2010 até 2016, sendo que à época da operação não existia nenhum funcionário registrado, conforme indicado pelo Relatório Técnico nº 035/2017/NI/DECFCAP (Id 84084054 – pág. 49 e seguintes).

Outro ponto bastante revelador no interrogatório policial e judicial do denunciando EVANDRO REZENDE cinge-se ao fato de que, além da sua própria, ele também tinha acesso à senha dos contadores/técnicos contabilistas RIVALDO ALVES DA CUNHA, KAMIL COSTA DE PAULA e PAULO PEREIRA DA SILVA, que ficavam registradas nos computadores instalados na empresa ÁPICE, de modo que conseguia fazer a escrituração das notas fiscais dessas empresas junto à SEFAZ/MT, facilitando, portanto, a operação do esquema criminoso quando os demais não se faziam presentes e havia urgência na operação.

Dessa forma, restou amplamente demonstrado nos autos que o réu **EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE** teve participação consciente e deliberada na organização criminosa, contribuindo ativamente para a execução da fraude fiscal.

As provas colhidas evidenciam que EVANDRO, na condição de contador, não apenas realizava a escrituração fiscal da empresa GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., mas também tinha ciência inequívoca da sua condição de empresa de fachada, utilizada exclusivamente para a prática de crimes tributários.

Além disso, o réu tinha pleno conhecimento da manipulação fraudulenta dos registros contábeis, bem como do uso indevido de senhas de terceiros para acessar e alterar informações fiscais, facilitando a continuidade das práticas ilícitas da organização.

Destarte, o dolo na sua conduta é evidente, pois atuou de forma consciente e voluntária para assegurar a operacionalização do esquema criminoso, viabilizando a sonegação fiscal milionária e a ocultação dos reais beneficiários dos ilícitos, incidindo, assim, no crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

Tocante à participação de **PAULO SERAFIM**, segundo a denúncia, o réu atuou como contador da empresa MULTI COMÉRCIO DE CEREAIS EIRELI EPP, a qual foi utilizada como empresa de fachada para a prática de fraudes fiscais que resultaram na geração de créditos inidôneos de ICMS, lesando o erário estadual.

O envolvimento da empresa no esquema criminoso resta comprovado pelo Relatório Técnico nº 035/2017/NI/DECFCAP e demais documentos anexados aos autos, os quais evidenciam que a referida pessoa jurídica era fictícia e foi utilizada para emissão de 644 notas fiscais fraudulentas, causando um prejuízo tributário no montante de R\$ 5.861.885,91 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos), conforme exemplo a seguir extraído dos relatório policiais, referente ao período em que o réu ainda constava como contador da empresa (ID 83112374 – pág. 266 e seguintes):

**RELATÓRIO SINTÉTICO DE NOTAS FISCAIS EMITIDAS PARA O CONTRIBUINTE**  
**GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP**  
**CNPJ: 07.622.611/0001-10 / IE 13.310.457-5**

**PERÍODO: 2016**

**EMPRESAS QUE EMITIRAM DOCUMENTOS FISCAIS**  
**TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO FICTÍCIOS**

EMISSIONER DAS NOTAS FISCAIS	ANO EMISSAO	MES EMISSAO	CFOP	Soma de VALR NOTA FISCAL (R\$)	Soma de TOTAL ICMS (R\$)
MULT COMERCIO DE CEREAIS EIRELLI - EPP - CNPJ 15271771000190 - IE 134502558	2016	Setembro	5102	2.918.351,20	496.119,70
			5119	6.136.783,13	1.038.654,50
		Outubro	5119	1.641.448,80	241.933,08
MULT COMERCIO DE CEREAIS EIRELLI - EPP - CNPJ 15271771000190 - IE 134502558 Total				10.696.583,13	1.776.707,28

**Secretaria de Estado  
de Fazenda**



**Cadastro de Contribuintes**

Usuário: 99219377 - RAFAEL DA CRUZ ARAUJO VIEIRA

Data: 07/11/2016 - 16:04:00

**Consulta Genérica de Contribuintes**

**Identificação do Contribuinte**

Inscrição Estadual: 13.450.255-8

Data de Validade da Inscrição Estadual:

Status: Ativo

Tipo de Contribuinte: COMÉRCIO E INDÚSTRIA

C.N.P.J.: 15.271.771/0001-90

Razão Social: MULT COMERCIO DE CEREAIS EIRELLI - EPP

Nome Fantasia: MULT CEREAIS

Micro Empreendedor Individual: Não

Simple Nacional: Não optante pelo Simple Nacional

Data de Início Simple Nacional:

Ultrapassou Sublimite Estadual?

Enquadrado no Sublimite Intermediário?

Natureza Jurídica: 2305 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (de Natureza Empresária)

Capital social: 62.200,00

Porte da Empresa: -

Número do Registro de Abertura na Junta

Data do Registro de Abertura na Junta Comercial: 22/03/2012

Comercial: 51600001093

Número do Último Arquivamento na Junta

Data do Último Arquivamento na Junta Comercial:

Comercial:

Data de Cadastramento na Sefaz: 04/04/2012

**Informações Econômicas**

Obrigado a EFD: Sim (Consultar EFD) Forma de Atuação: ESTABELECIMENTO FIXO

**Classificação da Unidade:**  
MATRIZ

Tipo Unidade Estabelecimento: Produtiva

Área Construída: 430,00 m²

C.N.A.E.: 4632-0/03 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada

C.N.A.E. Secundárias: 4623-1/99 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente

Número do Alvará: 91746

Data do Alvará: 23/05/2012

**Informações do Contabilista**

C R C.: MT007677003 Nome: PAULO SERAFIM DA SILVA

Situação: Ativo

Preposto

[Consultar Preposto](#)

Assim, a autoria é confirmada pela prova documental e pelo interrogatório do réu, que, embora tenha negado envolvimento criminoso, reconheceu que figurava como contador responsável pela empresa e que realizou movimentações cadastrais em seu nome, sem, no entanto, comprovar ter efetivamente se desvinculado da entidade antes da consumação dos ilícitos.

O conceito de organização criminosa, nos termos do artigo 1º, §1º, da referida lei, abrange a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenadas e com divisão de tarefas, ainda que informalmente, para a prática de infrações penais com penas superiores a quatro anos ou de caráter transnacional.

No presente caso, restou evidenciado que a empresa MULTI COMÉRCIO DE CEREAIS EIRELI EPP foi utilizada como instrumento da organização criminosa voltada à fraude fiscal e à obtenção de vantagens ilícitas.

O réu, por sua vez, na qualidade de contador da empresa, detinha pleno conhecimento da inexistência de suas atividades empresariais legítimas, sendo responsável pela escrituração fiscal e pela geração dos créditos fraudulentos de ICMS. Ademais, ficou demonstrado que, mesmo após alegada desvinculação da empresa, continuava constando como contador responsável no momento da apuração das fraudes fiscais, o que evidencia sua atuação dolosa e afasta qualquer possibilidade de reconhecimento de participação de menor importância.

As provas colhidas demonstram, de maneira inequívoca, a participação ativa do acusado na estrutura fraudulenta, sendo impossível acolher sua alegação de desconhecimento.

O fato de o réu ter pago taxas referentes à alteração cadastral da empresa sem requerer formalmente sua exclusão da responsabilidade fiscal comprova sua colaboração contínua com o esquema ilícito. Além disso, o uso de seu *login* e senha pessoal na geração dos créditos inidôneos reforça ainda mais seu dolo na perpetração do crime.

Dessa forma, restando evidenciados a materialidade, a autoria e o dolo na conduta do acusado, impõe-se a condenação.

**Do réu:**

## **9. DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO;**

Imputa-se ao réu a prática dos crimes do art. 2º da Lei n. 12.850/2013, art. 299, primeira parte, e art. 299, segunda parte, ambos do Código Penal, em concurso material de crimes.

O réu, em juízo, asseverou que foi cooptado pelo corréu falecido WAGNER para atuar como “laranja”, *in verbis*:

“[...] Que conheceu o WAGNER e ele fez a proposta de emprestar o nome do declarante para colocar na empresa ITAÚNA, foi cadastrado como sócio pelo WAGNER. Que trabalhava como mototaxista e fez serviço de pintura na empresa Ápice, que quando o WAGNER fez a proposta, recebeu mimos, como pagamento de aluguel, taxas do seu carro, mas não sabia o que faziam com a empresa. Que assinava alguns documentos a pedido do WAGNER, mas não sabia a que se referiam [...]”.

Conforme já descrito nesta sentença, a presente investigação descortinou que a empresa AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA foi empregada pela organização criminosa para a prática de crimes de sonegação fiscal, a qual possui como sócios o réu DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO e a empresa PORTAL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS LTDA.

Nesse sentido, um levantamento realizado pela Gerência de Monitoramento e Suporte à Fiscalização de Trânsito da SEFAZ comprovou que no período compreendido entre 11/03/2017 a 22/03/2017, portanto em apenas 12 (doze) dias, a empresa AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA, que conta com apenas um funcionário registrado no CAGED, emitiu 280

(duzentos e oitenta) notas fiscais eletrônicas de saídas interestaduais decorrentes de operações de venda de diversos produtos primários de origem agrícola que geraram R\$ 755.903.44 de ICMS não recolhidos, causando gravoso dano ao erário (Id 84084051 – pág. 7 e seguintes).

A partir desse levantamento, a Gerência de Monitoramento e Suporte à Fiscalização de Transito da SEFAZ apurou que a totalidade das solicitações de autorização para emissão das notas fiscais eletrônicas da empresa AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA, que tem como contabilista responsável o denunciado RIVALDO ALVES DA CUNHA, foi realizada por intermédio do Internet Protocol nº 177.65.145.238, que estava instalado no endereço da empresa ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., justamente a sede operacional da organização criminosa.

No mesmo sentido, consta das investigações que a Superintendência de Fiscalização, atendendo à Ordem de Serviço nº 2.017.117-0-GEFIS, havia lavrado um termo de início de Ação Fiscal nº 152984 (E-Process nº 5214700/2017), na data de 02/02/2017, em face da empresa/contribuinte AGROPECUÁRIA ITAUNA LTDA., motivada pelos fortes indícios de irregularidades identificadas em diversas operações de comercialização interna de produtos primários de origem agrícola utilizadas para justificar a compensação de créditos de ICMS, evidenciando que as aquisições foram simuladas (Id 83112381 – pág. 218 e seguintes).

Nesse aspecto, sobreleva destacar a atuação do denunciado DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO, sócio da empresa AGROPECUARIA ITAUNA LTDA, utilizada como verdadeira "vendedora de notas fiscais" para acobertar operações de venda interestadual de produtos primários de origem agrícola, sem promover o devido recolhimento de ICMS.

Após a constituição da empresa ITAÚNA, no dia 07/04/2016, os denunciados ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO e **DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO** fizeram inserir, em documento particular, consistente na 5ª Alteração Contratual da empresa AGROPECUARIA ITAÚNA LTDA, a falsa

informação de alteração do quadro societário com a retirada de ALMIR CARDOSO FERNANDES e ingresso do denunciado **DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO**, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (Id 83115527 – págs. 140/141).

Na posse desse documento particular ideologicamente falso (5ª alteração contratual), no dia 15/04/2016, os denunciados **DIEGO** e **RIVALDO** se dirigiram à SEFAZ/MT e fizeram inserir, em documento público, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, a falsa informação de alteração do quadro societário com a retirada de ALMIR CARDOSO FERNANDES e ingresso do denunciado **DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO**, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (Id 83115527 – págs. 201/206).

Nesse cenário fático, em suma, consta que o réu **DIEGO** figurou como sócio da empresa AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA, a qual foi empregada por organização criminosa para a prática de crimes de sonegação fiscal. Apurou-se que, entre os dias 11/03/2017 a 22/03/2017, a empresa emitiu 280 notas fiscais eletrônicas de saídas interestaduais que resultaram em um prejuízo de R\$ 755.903,44 em ICMS não recolhido.

As investigações revelaram que as emissões das notas fiscais ocorreram a partir do IP vinculado à sede operacional da organização criminosa, ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. Além disso, restou comprovado que o réu, em conjunto com outros denunciados, inseriu informações falsas na 5ª Alteração Contratual da empresa e, posteriormente, na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, com o intuito de mascarar a verdadeira estrutura societária da empresa.

Nesse sentido, a autoria resta confirmada pelo depoimento do próprio réu, que admitiu ter sido cooptado para figurar como "laranja" da empresa e ter assinado documentos sem questionar sua finalidade. Contudo, alegação de desconhecimento não exclui sua responsabilidade,

uma vez que, ao assinar documentos e permitir o uso de seu nome para a consecução das fraudes, o réu concorreu ativamente para a prática criminosa.

Por outro lado, não há provas suficientes para condená-lo pelo crime de integração em organização criminosa, uma vez que não restou demonstrado, acima de dúvida razoável, que o réu possuía dolo específico de integrar a organização criminosa, tampouco que tivesse pleno conhecimento de sua existência e estrutura.

As provas constantes dos autos indicam que o réu limitou-se a emprestar seu nome e assinar documentos, sendo induzido a essa prática pelo corréu falecido WAGNER, líder da organização, sem ter qualquer ingerência nas atividades ilícitas praticadas pelo grupo.

Ressalte-se que, para a configuração do crime previsto no art. 2º da Lei 12.850/2013, exige-se não apenas a colaboração eventual, mas sim uma adesão consciente e voluntária aos propósitos criminosos da organização, o que não se verifica no presente caso.

Além disso, a análise do contexto fático revela que o réu não possuía qualificação técnica ou conhecimento necessário para compreender a complexidade dos ilícitos fiscais praticados pela empresa, o que reforça a ausência de dolo na sua conduta. Assim, não há nos autos elementos que permitam concluir, com a certeza exigida no processo penal, que o réu tenha efetivamente integrado a organização criminosa, a impor a sua absolvição quanto a esse crime.

#### **Dos réus:**

**10. MARCELO MEDINA;**

**11. THEO MARLON MEDIDA.**



Imputa-se aos réus a prática do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e, quanto ao réu MARCELO MEDINA, também o art. 147 do Código Penal.

Os réus, em juízo, negaram a prática delitiva e disseram que não tinham relação com as empresas VIGOR e ITAÚNA.

Todavia, a negativa restou isolada nos autos, desamparada de suporte fático-probatório, os quais comprovam o envolvimento dos réus na trama criminoso.

Segundo a peça acusatória, DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO, **THEO MARLON MEDINA** e **MARCELO MEDINA** integram a organização atuando como responsáveis das empresas de fachada VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP e AGROPECUARIA ITAÚNA EPP, beneficiárias diretas dos créditos inidôneos de ICMS fabricados pelo grupo criminoso, conferindo suporte para sustentar o mercado criminoso de venda de notas fiscais fraudulentas, que acobertava a saída interestadual de produtos primários de origem agrícola sem o recolhimento do tributo estadual devido.

As investigações demonstraram que a empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA também foi utilizada pela organização criminoso seguindo o mesmo *modus operandi* da empresa GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA. EPP, destacando, neste particular, a atuação dos denunciados **THEO MARLON MEDINA** e **MARCELO MEDINA**, além dos contabilistas PAULO PEREIRA DA SILVA e RIVALDO ALVES DA CUNHA.

A empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP foi constituída na data de 29/12/2011, tendo como sócios em sua origem as pessoas de Luciane Simon e Joao Ricardo Dummel.

De acordo com a INFORMAÇÃO Nº 032/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017, a empresa foi cadastrada junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso em 06 de fevereiro de 2012, tendo como responsável técnico o contabilista PAULO PEREIRA DA SILVA, réu deste processo. Desde então, constatou-se que a empresa praticamente não exerceu atividade comercial, já que emitiu apenas uma única nota fiscal no ano de 2013, mantendo assim o mesmo perfil da empresa GENESIS AGROCOMERCIAL, quando passou a ser comandada/utilizada pela organização criminosa (Id 84084052 – pág. 83 e seguintes).

Com base na 2ª Alteração Contratual, operou-se a saída dos sócios originais da sociedade, em 13/01/2016, e assumiu o controle da empresa VIGOR COMERCIO DE CEREAIS LTDA EPP o réu THEO MARLON MEDINA, que assumiu a integralidade das cotas sociais (Id 83115527 – págs. 13/16).

Na sequência, consta que, na data de 11/02/2016, o denunciado THEO MEDINA, por procuração lavrada no Cartório do 2º Ofício de Rondonópolis/MT, prontamente substabeleceu com amplos e ilimitados poderes para gerir e representar a empresa VIGOR COMERCIO DE CEREAIS LTDA EPP a seu irmão, o também denunciado MARCELO MEDINA (Id 83112381 – págs. 26/27).

Importante destacar que, em referência a essa 2ª Alteração Contratual, na data de 12/04/2016, foi apresentado requerimento da alteração cadastral junto à SEFAZ, informado como endereço de e-mail para correspondência: contabeismt@hotmail.com, utilizado pela empresa ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., sede operacional da organização criminosa, semelhante ao que ocorreu com a empresa GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA.

Com o advento da 4ª Alteração Contratual ocorrida na data de 14/06/2016, portanto, antes da retomada das atividades da empresa VIGOR pela organização criminosa, a empresa DATA TRAFFIC TRANSPORTES EPP ingressa no quadro societário, a qual possui como

sócio o próprio réu **THEO MARLON MEDINA** (Id 83115527 – págs. 37/38), restando apurado que na data de 29/08/2016 foi então emitida a nota fiscal nº 4, a primeira após a reativação da empresa VIGOR junto à SEFAZ.

Ao final, apurou-se que as empresas VIGOR COMERCIO DE CEREAIS LTDA e DATA TRAFFIC TRANSPORTES LTDA confundem-se, na medida em que se apresentam como proprietárias uma da outra, ambas ligadas à organização criminosa por meio dos seus sócios e contadores, já que também usam junto à SEFAZ identificação "digital" da empresa ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., sede operacional das fraudes.

Depois de promover todas essas alterações cadastrais e contratuais, os denunciados PAULO PEREIRA DA SILVA, THEO MARLON MEDINA e MARCELO MEDINA, além dos denunciados RIVALDO ALVES DA CUNHA e WAGNER, passaram a comandar todas as atividades comerciais/tributárias e econômicas da empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP para atender aos interesses da organização criminosa.

A INFORMAÇÃO Nº 032/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 da SEFAZ aponta que, no dia 29/08/2016, foi emitida a nota fiscal nº 6, cujo ICMS destacado e devido na operação acobertada pela nota fiscal foi integralmente compensado pelo Recibo de Utilização de Crédito — RUC, gerado diretamente pelo denunciado/contabilista PAULO PEREIRA DA SILVA (Id 84084052 – pág. 83 e seguintes).

A detecção da fraude ao sistema eletrônico PAC/RUC partiu também pela confrontação dos dados no sistema da SEFAZ, que analisou o conjunto de operações de entrada/aquisição de mercadorias na empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP, pois nos três primeiros dias de atividade ela compensou por essa sistemática R\$ 238.274,90 (duzentos e trinta e oito mil duzentos e setenta e quatro reais e noventa centavos) (Id 84084052 – pág. 87).

Tal qual ocorreu com a empresa GENESIS AGROCOMERCIAL, a Gerência de Monitoramento e Fiscalização Tributária da SEFAZ concluiu que *"É absolutamente inconcebível que uma empresa, de qualquer ramo, já em suas primeiras operações de venda, tenha acumulado créditos de ICMS suficientes para simplesmente não haver saldo a pagar de ICMS."* (Id 84084052 – pág. 87).

De acordo com levantamento da equipe da SEFAZ, compreendendo o período de 21 a 29 de agosto de 2016, a empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP adquiriu produtos primários de origem agrícola correspondente a R\$ 2.935.535,00 (dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais), o que possibilitou em apenas 9 (nove) dias de operação o aproveitamento de R\$ 598.206,68 (quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e seis reais e sessenta e oito centavos) em créditos de ICMS, consoante tabela reproduzida da INFORMAÇÃO Nº 032/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017 (Id 84084052 – pág. 83 e seguintes).

Frise-se que nessas operações de venda interna não haveria a necessidade de destaque e "pagamento" de ICMS, pois estavam albergadas pelo instituto do diferimento, de modo que a simulação da antecipação do seu recolhimento foi utilizada pela organização criminosa apenas para fabricar créditos de ICMS, tanto que o tributo incidente não foi de fato recolhido pelas empresas fictícias, despontando a empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA APP como beneficiária direta do esquema.

Demais disso, o quadro de registro de empregados da empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP retrata a situação posta, pois em consulta ao CAGED consta que essa empresa manteve apenas um funcionário registrado por dois meses, no ano de 2012, e, desde então, nunca mais houve o registro de vínculo empregatício, conforme Relatório Técnico nº 035/2017 (Id 84084054 – pág. 49 e seguintes).

Não bastasse, resta evidenciada a ligação dos denunciados MARCELO MEDINA e THEO MEDINA com a organização criminosa pelas conversas interceptadas, oportunidade em que falam que a fraude foi descoberta em algumas das empresas fantasma e que a VIGOR também estava sendo investigada. Na mesma ocasião, o denunciado MARCELO diz ao denunciado THEO que eles precisam se reunir com os corréus WAGNER e ALMIR para resolverem alguns problemas:

Chamada do Guardião	
22879314.WAV	
Data da Chamada	01/09/2017
Hora da Chamada	07:59:00
Alvo	66999910756 MARCELO MEDINA
Mídia do Interlocutor	19-99628-4600 THÉO MARLON MEDINA
MARCELO	...Dia 15...
THEO	Ãh!
MARCELO	Nós vamos pá, nois vamo te que ir pra São Paulo, eu o Vagner o Almir (inaudível), aí nois vamo passa aí, que nós temo que conversar uns negócio daquele pepino lá!
THEO	Opa! Beleza!
MARCELO	Beleza?... Cê vai... Beleza (risos)
THEO	Que pipino? Fala! Só bucha!

98de18d

**PROMOTORIAS CRIMINAIS-ESPECIALIZADAS NA DEFESA DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORDEM TRIBUTÁRIA**

MARCELO	Ah... Um negócio lá, da secretária da fazenda, lá!
THEO	Arram!
MARCELO	E ele pegaram um monte de empresa, e pegaram umas empresa... é... como que é que vou falar... Pegaram umas empresas FANTASMA, vai!
THEO	Sei, Sei!
MARCELO	E incluíram a VIGOR no meio!
THEO	E... Fedeu!
MARCELO	E meteu o fumo!
THEO	Óia!
MARCELO	Só que... Só que a VIGOR, igual o WAGNER falou, só nós temos "lei" fiscal, nós temo a apuração de ICMS, tem endereço, temo escritório tudo! É que os caras quando pegam, igual o Murilo falou: Pai é assim memo, quando eles abre o inquérito, eles vê lá de cabo a rabo nesse ramo e inclui todo mundo pra depois separar o joio do trigo, entendeu?
THEO	Entendeu!
MARCELO	Aí vai vê! Só que a coisa e meio, assim.... Não é, não é pesada, igual o Vagner tava mostrano lá, tem um monte de falha que eles fizeram lá, eles abrirum um... Tipo de um processo antes de sair a portaria, um monte coisa, aí Vagner falou nós temo que ir pra lá, nós vamo lá e aproveitar e conversar com THEO pessoalmente...
THEO	Sim!
MARCELO	Então nós vamo dia 15, acho que é sexta-feira...
THEO	Sei...
MARCELO	Acho que nós vamo sair daqui de noite e vai dormir lá e no sábado a gente se encontra pra gente batê um papo...
THEO	Tá bom fião!...
MARCELO	Mais liga pra ele então depois do almoço, qualquer coisa, depois cê me liga
THEO	Certo!
MARCELO	Pra eu sabe como é que tá andando, qualquer coisa eu vô fala: Óh Wagner! Não tem jeito, vai perder o trem lá!
THEO	Tá bom!...

A demonstrar o vínculo entre o réu MARCELO MEDINA e a organização criminosa, tem-se o diálogo mantido entre ele e a pessoa identificada como NELSON, no dia 13/09/2017, em que o denunciado proferiu ameaça de causar mal injusto e grave à integridade física do servidor público da SEFAZ/MT, a testemunha Rafael da Cruz Araújo Vieira, com os dizeres: "*Aquele cara qualquer hora vai amanhecer com boca cheia de formiga, cê vai ver! Ele tá fudeno meio mundo, véi!*" (sic). (Incidente nº 6513- 79.2017.811.0042 — Código 466690).

Nesse cenário fático, verificou-se que a organização criminosa, com atuação direta dos denunciados THEO e MARCELO MEDINA, reativou as atividades econômicas da empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP para empregá-la como peça primordial dentro desse sofisticado e complexo esquema de fraude estruturada, visando auferir vantagem econômica indevida, ao promover sonegação fiscal no recolhimento de ICMS nas operações de venda interestadual.

Restou comprovado pelas provas dos autos, notadamente pela INFORMAÇÃO Nº 032/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017, a atuação fraudulenta da empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP, bem como pelas notas fiscais fraudulentas emitidas e pelo confronto de dados eletrônicos do sistema da SEFAZ.

Nesse passo, também ficou sobejamente evidenciada a participação dos réus MARCELO MEDINA e THEO MARLON MEDINA no comando e operação das empresas de fachada utilizadas no esquema criminoso. O conjunto probatório demonstra que os réus faziam parte de uma estrutura organizada, com divisão de tarefas e atuação conjunta na manipulação de documentos fiscais para obtenção indevida de créditos de ICMS.

O réu THEO MARLON MEDINA figurava como responsável formal da empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP, assumindo o controle da sociedade e realizando alterações cadastrais com o propósito de facilitar a fraude tributária.

Por sua vez, o réu MARCELO MEDINA atuava diretamente na administração da empresa, tendo recebido amplos poderes por meio de procuração outorgada pelo corréu e irmão THEO MEDIDA. Ademais, participava das decisões do grupo criminoso, como evidenciado pelas interceptações telefônicas e registros contábeis fraudulentos.

As provas colacionadas demonstram que a organização criminosa utilizava empresas fictícias para mascarar operações tributárias irregulares, evitando o recolhimento do ICMS devido e gerando créditos inidôneos utilizados por terceiros no mercado de venda de notas fiscais fraudulentas.

Destarte, a atuação dos réus revela o dolo manifesto na prática dos delitos, uma vez que, conscientemente, integraram a organização criminosa e empregaram meios fraudulentos para obter vantagem econômica indevida, mediante sonegação fiscal.

Por fim, considerando que a denúncia foi recebida em 16.01.2018 (Id. 83115534, pág. 145-153), necessário se faz o exame da prescrição da pretensão punitiva com relação ao crime de ameaça.

Nos termos do art. 109, VI, do Código Penal, a prescrição ocorre em 3 (três) anos quando a pena máxima cominada ao delito não excede 1 (um) ano. O crime de ameaça, previsto no art. 147 do Código Penal, possui pena máxima de 6 (seis) meses de detenção, razão pela qual seu prazo prescricional é de 3 (três) anos.

Dessa forma, considerando que não houve causa interruptiva apta a modificar o prazo prescricional e que já transcorreram mais de 3 (três) anos desde o recebimento da denúncia sem o trânsito em julgado para a acusação, forçoso reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal quanto ao crime de ameaça imputado ao réu MARCELO MEDINA, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal.



**Dos réus:**

12. CLOVES CONCEICAO SILVA;
13. PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA;
14. RINALDO BATISTA FERREIRA JUNIOR;
15. ROGÉRIO ROCHA DELMINDO;
16. NEUSA LAGEMANN DE CAMPOS.

Imputa-se aos réus a prática do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

Os réus, em juízo, negaram a prática delitiva:

**Interrogatório réu CLOVES CONCEIÇÃO SILVA**

“[...] Que era dono da CCS Agronegócios e nunca foi corretor de algodão, sempre comprou e vendeu algodão. Que as conversas interceptadas são sobre negócios lícitos do declarante. Que foi procurado por duas pessoas, Marcos e Michel, dizendo que tinha crédito de ICMS e fez o negócio, não tinha como saber que era algo fraudulento, que recebeu o desconto de apenas 1% [...] Que não se recorda as empresas que estavam envolvidas nesses créditos. Que o PAULO é seu funcionário. Que não conhece ninguém da empresa Ápice [...]”.

**Interrogatório réu PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA**

“[...] Que é funcionário da CCS (Cloves), fazendo contrato de compra e venda. Não tinha conhecimento sobre as fraudes narradas. Não tem autonomia alguma, seguia ordens do

chefe CLOVES [...]”.

### **Interrogatório réu RINALDO BATISTA FERREIRA JUNIOR**

“[...] Que era corretor de grãos e não tem relação com os fatos narrados. Que é proprietário da empresa ER Comércio e Representações, com nome fantasia de CRISTAL Corretora de Grãos, mas não tinha inscrição estadual. Que a empresa Ferreira Junior também era do declarante para fins de transporte, mas não deu certo. Que nenhum das empresas integrar a empresa GOLDEN.

### **Interrogatório réu ROGERIO ROCHA DELMINDO**

“[...] Que era funcionário da empresa ER Comércio e Representações (Cristal Corretora de Grãos). Que desconhece comercialização de notas fiscais. Que a empresa já comprou da empresa Nutrilara [...]”.

Consta da denúncia que os réus possuíam a tarefa de blindar a atuação do grupo criminoso, pois eram eles que se apresentavam no mercado para comercialização das notas fiscais fraudulentas, que serviam para acobertar as operações interestaduais de saída de commodities agrícolas sem o recolhimento do tributo estadual devido, mantendo contato direto com o núcleo duro da organização.

Descreve a inicial que esses membros ora denunciados desempenhavam as funções de identificar e captar clientes em potencial estabelecidos fora do Estado e produtores rurais dispostos a realizar operação de venda interestadual de produtos primários de origem agrícola, sem o recolhimento do tributo estadual incidente. Eram os responsáveis por executar toda a negociação, inclusive com o recebimento do dinheiro do comprador — industriários/empresários

estabelecidos em outras unidades da Federação, e repasse do pagamento ao vendedor (produtor rural), atuando como verdadeiros gestores comerciais e financeiros da organização.

### **Dos réus CLOVES e PAULO HENRIQUE.**

Conforme já mencionado, o sofisticado esquema ilícito arquitetado pelo grupo criminoso foi descoberto por meio da Ação Fiscal nº 152984, conduzida contra a empresa AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA., pela Gerência de Monitoramento e Suporte à Fiscalização de Trânsito da SEFAZ.

A comprovação do uso indevido da empresa C.C.S. AGRONEGÓCIO LTDA. ME, pertencente ao réu CLOVES, deu-se através da análise de diversos documentos, como "Autorização de Pagamento", "Instrumento de Cessão de Crédito" e "Autorização para Depósito", apresentados pela AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA em sua defesa.

Dentre essas operações, destacou-se o pagamento referente à Nota Fiscal nº 4.083, emitida em 17/08/2016, destinada à empresa ANGERTEX IND. E COM. LTDA., localizada em Brusque/SC.

No documento de cessão de crédito, a AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA autorizava o pagamento de R\$ 181.938,00 pela empresa ANGERTEX IND. E COM. LTDA. para a C.C.S. AGRONEGÓCIO LTDA., que aparentemente não tinha envolvimento direto na operação.

No entanto, com base nas informações complementares da nota fiscal nº 3455, constatou-se que a mercadoria comercializada pela AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA havia sido adquirida em 16/08/2016 do produtor rural ACIMENDADO DE MORAES CARVALHO (Fazenda Monte Alegre). A Gerência de Monitoramento da SEFAZ/MT confirmou que o

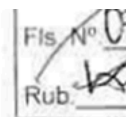
produtor recebeu R\$ 163.784,70 diretamente da C.C.S. AGRONEGÓCIO LTDA, conforme consta da INFORMAÇÃO N° 026/GMFT (Id 84084052 – pág. 41 e seguintes).

Também foi verificado que o transporte da mercadoria foi custeado pela C.C.S. AGRONEGÓCIO LTDA., conforme os Conhecimentos de Transporte Eletrônicos n° 955 e 979, indicando que a operação comercial foi conduzida integralmente pela corretora de cereais, sob a intermediação de CLOVES CONCEIÇÃO SILVA, que identificou o produtor rural, negociou a venda, organizou o transporte e recebeu o pagamento, obtendo um lucro bruto de R\$ 11.016,70.

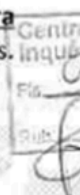
No entanto, a transação foi acobertada por nota fiscal emitida pela AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA., que não recolheu o ICMS devido, pois utilizou créditos inidôneos de ICMS gerados pelo grupo criminoso. Diante dessas evidências, a Gerência de Monitoramento da SEFAZ/MT concluiu que a AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA apenas emitiu os documentos fiscais, sem participar efetivamente da operação, assumindo o ônus tributário da venda interestadual para encobrir a real movimentação financeira da C.C.S. AGRONEGÓCIO LTDA.

A apuração revelou que o grupo criminoso operava por meio de empresas intermediárias para fraudar o sistema fiscal, criando créditos indevidos de ICMS. A AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA era usada para mascarar as operações da C.C.S. AGRONEGÓCIO LTDA., evitando o pagamento do ICMS nas vendas interestaduais de produtos agrícolas.

Apenas na transação encoberta pela Nota Fiscal Fria n° 4.083, a SEFAZ constatou uma sonegação de R\$ 22.784,27. Demais disso, o esquema fraudulento, que envolve a emissão de notas fiscais falsas, já movimentou cerca de R\$ 100.000.000,00, resultando em uma evasão fiscal estimada em R\$ 12.000.000,00 (Id 84084052 – pág. 95 e seguintes):

**INFORMAÇÃO Nº 033/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017**

**Assunto:** Prestação de informação solicitada pela DEFAZ. **Delegado da Defaz Sylvio do Vale Ferreira Júnior.** Encaminhamento de Informação Fiscal – Fraude Estruturada. Geração de Créditos Fictícios. Sistema PAC/RUC-e



Complementação à **INFORMAÇÃO Nº 007/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017.**

Partindo da relação de empresas relacionadas com a fraude estruturada, identificadas a partir do IP de solicitação de autorização de uso de NF-e ou das alterações cadastrais com intervenção da empresa "ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA", passamos a analisar as empresas que de utilizaram das notas fiscais emitidas por esse grupo de empresas para acobertar as operações de comércio interestadual de mercadorias de fato.

Conforme diagrama completo da fraude, as empresas encarregadas de emitirem as notas fiscais de vendas tributadas interestaduais são destinatárias de notas fiscais frias internas tributadas – com o objetivo de acumular créditos e utilizá-los na compensação posterior – e de notas fiscais internas sem destaque de ICMS – que acobertam o trânsito dentro do Estado.

Já foi possível identificar e relatar na Informações anteriores quais empresas realizam a geração fictícia de créditos indevidos. Agora passamos a analisar a origem da mercadoria envolvida na transação.

IE EMISSOR	NOME EMISSOR	CFOP	Soma de VALR NOTA FISCAL
133910270	GOLDEN AGRONEGOCIOS E ARMAZENS GERAIS LTDA	5118	193.500,00
		5119	101.538.385,96
133910270 Total			101.731.885,96
134923103	C C S AGRONEGOCIO LTDA	5102	182.560,55
		5119	97.992.198,21
134923103 Total			98.174.758,76

Durante as investigações, identificou-se que a C.C.S. AGRONEGÓCIO LTDA., especializada na comercialização de algodão, estava diretamente vinculada ao grupo criminoso através da atuação de seu sócio administrador CLOVES CONCEIÇÃO SILVA, ora réu, que exercia a função de corretor de cereais.

A sua participação ficou evidente na Ação Fiscal nº 152984, em que foi constatado seu papel na intermediação entre o produtor rural, o grupo criminoso e os compradores da mercadoria enviada para outros

Estados. Essa atuação fomentava o comércio de notas fiscais falsas, acobertadas por créditos inidôneos de ICMS, visando à sonegação fiscal e ao lucro indevido.

Assim, após a análise minuciosa das provas constantes nos autos, restou devidamente demonstrado que o réu CLOVES CONCEIÇÃO SILVA exerceu papel central na estruturação e condução do esquema ilícito, sendo um importante articulador da fraude.

O conjunto probatório coligido, incluindo documentos fiscais e relatórios da SEFAZ/MT, evidencia que o réu atuava diretamente na negociação das mercadorias, intermediação de transações espúrias e na emissão de notas fiscais frias, bem como na ocultação dos reais beneficiários do esquema.

O volume expressivo das operações fraudulentas, que alcançaram a cifra de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), demonstra o dolo intenso do réu na prática criminosa, visando à sonegação fiscal em larga escala (Id 84084052 – pág. 96):

Já havíamos relatado na **INFORMAÇÃO Nº 26/GMFT/SUCIT/SARP/SEFAZ/2017** a conclusão de que, no caso, a empresa AGROPECUARIA ITAUNA LTDA limitou-se ao processo de emissão de documento fiscal relativo a operação comercial da qual não fazia parte, assumindo em nome de outra (pela **C.C.S AGRONEGOCIO LTDA**) o ônus tributário (ICMS, e demais tributos federais) decorrente da venda interestadual da mercadoria.

Ao que temos agora, o volume de operações realizadas pela **C C S AGRONEGOCIO LTDA**, utilizando da sistemática descrita, atinge cifra próxima a **R\$ 100 Milhões** – o que aponta para sonegação do ICMS estimada em **R\$ 12 Milhões**.

Novamente, a alegação de desconhecimento das ilicitudes não se sustenta diante da magnitude e da complexidade das operações fraudulentas, que envolveram a negociação direta de mercadorias, a intermediação de transações espúrias e a emissão sistemática de notas fiscais frias.

O volume expressivo das fraudes, ultrapassando R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), não poderia ter ocorrido sem a ciência e a deliberada atuação do réu CLOVES, que desempenhava papel central na engrenagem da organização criminosa.

A vasta documentação coligida, incluindo relatórios da SEFAZ/MT, reforça a conclusão de que possuiu um envolvimento consciente e ativo na estrutura montada para a sonegação fiscal, afastando qualquer hipótese de desconhecimento ou erro quanto à ilicitude das condutas praticadas.

Por outro lado, em relação ao réu PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA, a análise dos autos não permite afirmar, com segurança e acima de dúvida razoável, que tenha aderido ao grupo criminoso.

As provas indicam que ele apenas cumpria ordens de seu superior hierárquico, não havendo elementos concretos de que possuía autonomia na execução das fraudes ou de que tivesse conhecimento pleno da estrutura ilícita.

Frise-se, não há indícios de que ele tenha se beneficiado da estrutura criminosa ou possuído conhecimento aprofundado da estratégia fraudulenta empreendida por CLOVES CONCEIÇÃO SILVA.

Outrossim, registre-se que o trecho da conversa citada pelo *parquet* não se mostra revelador da fraude implementada pelo grupo criminoso, pois não há menção ao aproveitamento do crédito inidôneo de ICMS, senão vejamos:



Chamada do Guardião	
Data da Chamada	26/07/2017
Hora da Chamada	16:51
Alvo	(66) 99606-1338 – Cloves Conceição da Silva
Telefone do Interlocutor	(66) 99681-9009 – PAULO
<b>CLOVES</b>	Vamo te que faze aquela nota da... aquela nota pro ARIBERTO, ela tá... Nossa Senhora, tá meu pé aqui!
<b>PAULO</b>	Ah ?
<b>CLOVES</b>	Vô te que faze, adianta a nota desse algodão, daquele saldo, do FEX, e daquele 12 mil (ininteligível)...
<b>PAULO</b>	Aí mais num sabe, aí vai fazer carta de correção dessas nota tudo?
<b>CLOVES</b>	Não tem como Paulo, vô te que fazer, por que o Eriberto... (Ininteligível).. Vai atrapalhar aquele outro negócio que ele vai começar depositar o cheque lá, se eu não mandar essa nota hoje, entendeu?
<b>PAULO</b>	Aí como é que vai, cê qué que fatura aquelas nota lá?
<b>CLOVES</b>	Cê tá no escritório?
<b>PAULO</b>	Não... Tavo arrumando um trem lá na casa da sua mãe lá
<b>CLOVES</b>	Então vai lá que eu vou te explicar lá
<b>PAULO</b>	Tá!
<b>CLOVES</b>	Eu não queria fazer não, segurei até na última, agora acabou de me ligar aqui agora...

Ademais, a utilização de veículo e telefone em nome de CLOVES CONCEIÇÃO SILVA se justifica pela sua condição de funcionário da empresa C.C.S. AGRONEGÓCIO LTDA., não sendo suficientes para demonstrar seu vínculo consciente e voluntário com o esquema criminoso, ao contrário, só evidencia que não se beneficiou das fraudes implementadas pelo grupo criminoso, a reforçar que, ainda que tenha emitido algum documento ilegal que favoreceu o grupo, agiu apenas a mando do seu chefe CLOVES e não obteve qualquer vantagem financeira, à míngua de demonstração concreta nesse sentido.

### Dos réus RINALDO e ROGÉRIO.

De acordo com a denúncia, as investigações também relevaram que a empresa E.R. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, com o nome fantasia CRISTAL CORRETORA DE CEREAIS, por intermédio dos denunciados RINALDO BATISTA FERREIRA JUNIOR e ROGÉRIO ROCHA DELMINDO, foi manipulada, detendo a atribuição de promover a parte comercial, operacional e financeira da organização criminosa, efetuando a comercialização de produtos agrícolas, bem como a comercialização das notas fiscais fraudulentas, utilizadas para acobertar as vendas, cujo tributo incidente não era recolhido (Id 83112374 – pág. 303 e seguintes).



Acrescenta que a integração da empresa CRISTAL CORRETORA DE CEREAIS ao esquema criminoso restou identificada, segundo a SEFAZ, por intermédio da constatação de pagamento à vista de mercadoria pela empresa FERREIRA JUNIOR e FERREIRA LTDA - ME, que possui o mesmo quadro societário da CRISTAL, utilizando da empresa GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS par a emissão de nota fiscal inidônea.

A informação do pagamento foi repassada à SEFAZ pelo contabilista da FAZENDA REUNIDAS ITAPAJE I e II, senhor Raul Amaral Campos, que declinou que quem fez a negociação direta da mercadoria foi o denunciando ROGÉRIO ROCHA DELMINDO.

Prossegue relatando que a participação e integração dos denunciados RINALDO BATISTA FERREIRA JUNIOR e ROGÉRIO ROCHA DELMINDO no esquema criminoso também restou cabalmente comprovada pela interceptação telefônica autorizada por esse juízo, cujos diálogos comprovaram seus papéis na comercialização das notas fiscais fraudulentas fabricadas pela organização criminosa para atender as demandas detectadas e que chegavam até a CRISTAL CORRETORA DE CEREALS, subsidiando a comercialização interestadual de grãos sem efetuar o devido recolhimento do ICMS incidente.

Analizando as provas coligidas, a par da existência de indícios da prática de ilícitos tributários e fiscais, tem-se que não restou comprovado, de forma inequívoca e acima de dúvida razoável, que os acusados integravam organização criminosa nos moldes exigidos pelo artigo 2º da Lei nº 12.850/2013.

As interceptações telefônicas anexadas aos autos, ainda que demonstrem eventual envolvimento dos denunciados na emissão de notas fiscais fraudulentas, não permitem inferir, de maneira objetiva, que tal atividade estava vinculada ao núcleo estruturado e estável da

organização criminosa em investigação, à mímica de menção às empresas fictícias do grupo ou utilização do crédito espúrio, senão vejamos:

PROMOTORIAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS NA DEFESA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORDEM TRIBUTÁRIA	
Alvo	(65) 99986-9951 – ROGÉRIO ROCHA DELMINDO
Telefone do Interlocutor	(66) 99643-8402 – FÁBIO PEREIRA LAGO
<b>ROGÉRIO</b>	Oh... as empresa caiu sabe... Caminhão parado antes do posto fiscal, não chegou no posto não, mais tá parado esperano...ó o gol do corintia...
<b>FABIO</b>	Urru... um a zero?
<b>ROGÉRIO</b>	Um a zero, cabou de fazer...
<b>FABIO</b>	Ha ha...Beleza... A meu pai ! Num fala um troço desse não uai !
<b>ROGÉRIO</b>	Sério ! Cara, não tem empresa pra tirar nota, amanhã cedo acho que eles consegue uma...
	...TRECHO SEM RELEVÂNCIA...
<b>ROGÉRIO</b>	... Mais vamo ver o que que vai virar amanhã, amanhã precisa arrumar uma empresa pra tirar nota...
<b>FABIO</b>	Mais...e é a nota lá da fazenda pode, pode ir pra Nutrilara memo ?
<b>ROGÉRIO</b>	Pode ! Pode ! Não pra, tirar pra Nutrilara num dá nada, o problema é pra tirar é pra viajar...
<b>FABIO</b>	Da Nutrilara pra viajar ?
<b>ROGÉRIO</b>	Não ! Dá Nutrilara tá tudo certo, B.O tá ná...naquela que tava tirano memo, aquela de JUÍNA lá...
<b>FABIO</b>	Ah... Eu achei que tava tirano dessa aí da...dá... Privamera uai ?
<b>ROGÉRIO</b>	Não ! Tirano duma de JUÍNA !
<b>FABIO</b>	Cê viu que o GONÇALO tá abrino um armazém aqui, né?
<b>ROGÉRIO</b>	Vi ! Vi ! Vi !
<b>FABIO</b>	É pra esse bagueio de nota aí !
<b>ROGÉRIO</b>	É tomara, que seja... e abrir ligeiro mesmo (ininteligível)
<b>FABIO</b>	É.... Até ele ajeitar tudo aqui, acho que é só pra safra só, deve demora mais uns três meis ainda...
<b>ROGÉRIO</b>	Então cara... Tá foda viu...

Chamada do Guardião	
Data da Chamada	10/03/2017
Hora da Chamada	10:10:55
Alvo	(65) 99986-9951 – ROGÉRIO ROCHA DELMINDO
Telefone do Interlocutor	(66) 99643-8402 – FÁBIO PEREIRA LAGO
<b>ROGÉRIO</b>	Tá de boa? Ou o que que cê tá aprontano?
<b>FÁBIO</b>	Uái ! Eu tô de boa, tô esperando vê esse negócio da nota aí pra mim entregar pro motorista e solta ele, né ?
<b>ROGÉRIO</b>	Arram ! Se eu te pedir uma coisa, mais num comenta com RINALDO não, dá um de João sem braço, vai lá na Dona Neuza vê lá se ela, se ela tá fazendo nota?
<b>FÁBIO</b>	Tá ! Eu tô aqui na Maria, entendeu ?
<b>ROGÉRIO</b>	Ah !
<b>FÁBIO</b>	Até Maria tá sabendo que caiu, então tá!
<b>ROGÉRIO</b>	Sim, sim, mais a Dona Neuza, ela tinha um contato do pessoal direto de Cuiabá
<b>FÁBIO</b>	Arram !
<b>ROGÉRIO</b>	Chega como quem não quer nada...ãaa... só vim toma um café, tal, tal, tal...  E assunta o que ela vai falar lá, mais ou menos, mais Dona Neuza, e aí ? Tá sem trabalhá também, que o ROGÉRIO também tá parado, tal...pra vê o que ela fala.. é, se ela falar... mais não, mais consegui uma! Não sei, o que não sei o que... aí, aí cê entra, fala: Ó Dona Neuza, tal... tem dois caminhão que tá precisando, tal... quanto que a senhora faz?... Aí nem comenta com RINALDO, que vai fazer isso não só pra...
<b>FÁBIO</b>	Tá bão !!

Além das conversas não comprovarem uma concreta vinculação com a comercialização dos “créditos podres” criados pela organização criminosa, tampouco há comprovação segura de que os réus possuíam ciência e adesão voluntária a uma estrutura organizada, permanente e com divisão de tarefas voltada para a prática de infrações penais.

Ademais, a realização de operações comerciais fraudulentas e a utilização de notas fiscais inidôneas podem caracterizar outros tipos penais, mas não necessariamente evidenciam a ligação dos réus com o

grupo criminoso em investigação, pois não se demonstrou um liame subjetivo entre eles.

Destaque-se, ainda, que a acusação apenas indicou um caso isolado de utilização de nota fiscal de uma empresa pertencente ao grupo criminoso, o que inviabiliza a conclusão de que os réus tenham aderido, de forma estável e permanente, às atividades da suposta organização criminosa.

Afigura-se imprescindível a demonstração do dolo específico de integração ao grupo, o que não restou comprovado nos autos.

Portanto, ausente a prova concreta e inequívoca da vinculação dos réus com a organização criminosa denunciada, impõe-se a absolvição dos acusados, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

#### **Da ré NEUZA LAGEMANN.**

Tocante à ré NEUZA, descortinou-se que ela passou a integrar o esquema criminoso na função de corretora de cereais com atuação no Município de Sorriso/MT, representando na região a própria extensão do grupo delinquencial, responsável assim pela venda das notas fiscais fraudulentas e na intermediação entre o produtor rural e o destinatário final dos produtos agrícolas.

Frise-se que, ao prestar seus esclarecimentos à autoridade policial, a denunciada NEUZA afirmou que mantinha contato direto com o líder da organização criminosa, WAGNER, tendo plena ciência do esquema operado (Id 93112389 – págs. 34/37):

“[...] QUE, perguntado a interroganda como se deu o seu contato Inicial com a pessoa de WAGNER, respondeu que há, aproximadamente, um ano ou um ano e meio atrás, o JEAN LARA

ligou para a interroganda dizendo que o WAGNER iria fazer-lhe uma visita em Sorriso/MT, pedindo para dar toda atenção a ele, pois era urna pessoa muito boa e que também estava precisando dos serviços da interroganda: QUE, de fato o WAGNER a procurou na sua residência e fez a mesma proposta combinada com o JEAN LARA, ou seja, a interroganda passaria cópias de documentos via e-mail para o WAGNER emitir as notas fiscais e encaminhar para acompanhar os produtos vendidos, e que para isso iria receber a comissão de R\$ 0,10 a 0,20 por saca vendida [...]"

Consoante se infere do diálogo abaixo, o interlocutor Bruno solicita que a denunciada NEUZA LAGEMANN consiga notas fiscais fraudulentas, ao passo que ela se compromete a conseguir e indica o custo da operação entre R\$ 0,40 (quarenta centavos) e R\$ 0,50 (cinquenta centavos), dependendo do produto (Incidente nº6513-79.2017.811.0042 — Código 466690):

Data da Chamada	25/07/2017
Hora da Chamada	14:18
Alvo	(66) 99692-8316 – Neuza Lagemann de Campos
Telefone do Interlocutor	(66) 99956-4803Bruno
BRUNO	Quanto tu consegue aí, nota de soja aí ? O Produtor precisa, ele quer compra pra tirar pra de safra de armazém gerais daqui, ele tem que entregar...
NEUZA	Não sabe se pode ser da Golden, será ?
BRUNO	Aí... Pode né! É aqui pra Sorriso memo, é pra safra de armazém gerais, tirar...
NEUZA	Eles vão cobrar uns R\$ 0,50 (Cinquenta Centavos), eles estão me cobrando R\$ 0,40, depende o produto, por aí !
BRUNO	É soja, é soja !
NEUZA	Eu vou perguntar pra ele, já te falo !
BRUNO	Pergunta lá, rapidão, que preço é ! É pra dezesseis mil (16.000), tonelada!
NEUZA	Então tá bom eu já falo pra ti !...

Sobreleva mencionar que a ré NEUZA questiona se a nota fiscal inidônea poderia ser emitida pela empresa GOLDEN AGRONEGÓCIO E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., que possuía função híbrida no esquema e pertencia ao líder WAGNER, evidenciando seu envolvimento com a organização criminosa.

A corroborar com o seu papel de agenciadora de notas fiscais em prol do grupo criminoso, há outras conversas nesse sentido:

Chamada do Guardião	
Data da Chamada	01/08/2017
Hora da Chamada	08:47
Alvo	(66) 99692-8316 – Neuza Lagemann de Campos
Telefone do Interlocutor	(65) 99931-7612 – HNI (Geanfrancesco)
HNI	Tu consegue ver uma nota pra mim?
NEUZA	Consigo!
HNI	Tá... Como não...é um sub produto, não tem pauta, é capim pé de galinha, tu qué a nota de entrada?
NEUZA	Não! Vou vê se eles tem lá e vou dar umas pesquisada, pra onde que vai?
HNI	Vai pra Pernambuco!
NEUZA	Vai passar por Barra, então!
HNI	É... Por isso que tô te pedindo se tu quer a nota de entrada, daí eu pego do produtor, pra ti daí!
NEUZA	Tá!! Ela não tem pauta, aí tu faz do preço que tu quiser né?
HNI	Sim ! Sim! Eu vou trabalhar com uns R\$ 0,45 (Quarenta e cinco centavos) aí!
NEUZA	Tá beleza então! Eu vejo com ele, já te falo!
HNI	Então tá... Vê aquelas outra lá, se ele conseguiu fazer um precinho mais camarada lá? Pra nós acertar já!...

Destarte, resta comprovada a participação da ré no crime noticiado, especialmente pelos elementos supracitados, que demonstram a existência da organização criminosa e o *modus operandi* empregado por seus integrantes.

Apurou-se que a ré NEUZA, ao exercer a função de corretora de cereais e intermediar a emissão de notas fiscais fraudulentas, não apenas aderiu ao esquema criminoso, mas teve papel essencial para o funcionamento da organização, mostrando-se inviável o reconhecimento de participação de menor importância.

O dolo restou evidenciado pelo seu próprio depoimento prestado à autoridade policial e pelo teor das comunicações interceptadas, que demonstram seu pleno conhecimento da ilicitude e sua ativa participação no esquema, auferindo vantagem econômica direta pela emissão das notas fraudulentas.

O crime de organização criminosa exige a presença de estrutura organizada, divisão de tarefas e finalidade delitiva. No presente caso, verifica-se que a ré exercia função definida dentro do grupo, com papel relevante na intermediação das operações fraudulentas, reforçando a configuração do delito imputado.

### **DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.**

Tem-se que o art. 1º, §1º, da Lei 12.850/2013 conceitua como organização criminosa “a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional”.

Observa-se que o primeiro artigo da Lei 12.850/2013 conceitua e elenca as condições que devem ser analisadas cumulativamente para a caracterização de uma organização criminosa.

Logo, as provas documentais e diálogos colacionados acima, aliados aos depoimentos das testemunhas colhidos em juízo, que ratificaram o teor dos relatórios de investigação, demonstraram que os réus ALMIR, RIVALDO, KAMIL, EVANDRO, PAULO PEREIRA, PAULO SERAFIM, MARCELO MEDIDA, THEO MEDINA, CLOVES CONCEIÇÃO e NEUZA LAGEMANN integram organização criminosa voltada, precipuamente, à sonegação fiscal, mediante criação de créditos inidôneos de ICMS, por meio da constituição e manutenção de empresas de fachada.



As defesas técnicas dos acusados alegaram em memoriais finais serem atípicas as condutas de integrarem ORCRIM, ao argumento de que inexistente a comprovação do vínculo associativo e permanência, isso mesmo diante deste suficiente e pormenorizado quadro probatório acima exposto, no qual se vê toda a estrutura da organização criminosa, que, de fato, operava em crimes de sonegação fiscal e falsidade ideológica.

É óbvia, no caso, a existência do vínculo associativo permanente entre os acusados, o qual se deu de maneira extremamente organizada e com divisão de tarefas.

Os réus atuavam de forma coordenada para facilitar o escoamento de insumos agrícolas sem o recolhimento de ICMS, mediante aproveitamento de crédito inidôneo do imposto, cada um desempenhando funções específicas no esquema criminoso, senão vejamos.

Os elementos colhidos evidenciam que ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO desempenhou função essencial no esquema liderado por WAGNER, sendo responsável por arregimentar documentos de identificação ideologicamente falsos, além de cooptar empresas de fachada, promovendo alterações contratuais fraudulentas para despistar mecanismos de fiscalização.

Por sua vez, RIVALDO ALVES DA CUNHA atuou na elaboração e utilização de documentos ideologicamente falsos, bem como nas alterações fraudulentas dos contratos sociais das empresas GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA. EPP, AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA e MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI – ME, além do uso indevido de selos públicos verdadeiros nos contratos sociais de GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP e MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI — ME.

O réu KAMIL COSTA DE PAULA, contador e pessoa de confiança do líder WAGNER, prestava suporte operacional ao esquema criminoso, auxiliando diretamente outros contadores na captação de empresas fictícias/fachadas, na emissão de notas fiscais fraudulentas e na escrituração fiscal dessas empresas, inclusive fornecendo login e senha da SEFAZ para o grupo.

Os réus EVANDRO, PAULO PEREIRA e PAULO SERAFIM, contadores e/ou técnicos em contabilidade, desempenhavam papel fundamental no suporte operacional do esquema, sendo responsáveis por identificar, constituir, promover alterações e reativar empresas fictícias/fachadas, garantindo a continuidade da fraude estruturada, bem como pela emissão de notas fiscais fraudulentas e alimentação da base de dados da SEFAZ/MT.

Os réus THEO MARLON MEDINA e MARCELO MEDINA atuavam como responsáveis pelas empresas de fachada VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP e AGROPECUÁRIA ITAÚNA EPP, beneficiárias diretas dos créditos inidôneos de ICMS gerados pelo grupo criminoso, garantindo a operacionalização do mercado ilícito de venda de notas fiscais fraudulentas e ocultando a saída interestadual de produtos primários sem o devido recolhimento tributário.

Ademais, a organização criminosa, com participação ativa de THEO e MARCELO MEDINA, reativou a empresa VIGOR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP, utilizando-a como engrenagem essencial dentro do sofisticado esquema de fraude estruturada, objetivando a obtenção de vantagem econômica indevida por meio da sonegação fiscal de ICMS em operações interestaduais.

Outrossim, CLOVES CONCEIÇÃO SILVA exerceu papel central na estruturação e condução do esquema ilícito, destacando-se como um dos principais articuladores da fraude. O conjunto probatório, incluindo documentos fiscais e relatórios da SEFAZ/MT, comprova sua atuação direta na intermediação de transações fraudulentas, na emissão de notas fiscais frias e na ocultação dos verdadeiros beneficiários do esquema.

Por fim, restou demonstrado que a ré NEUZA integrava o esquema criminoso na condição de corretora de cereais, atuando no Município de Sorriso/MT, representando na região a extensão da organização criminosa, sendo responsável pela venda das notas fiscais fraudulentas e intermediação entre produtores rurais e destinatários finais dos produtos agrícolas.

Nesse contexto, não lograram os réus demonstrar, cabalmente, a licitude das atividades empresariais indicadas na acusação, razão pela qual restam preenchidos os requisitos necessários à condenação, conforme o conjunto probatório amealhado.

### **DA FALSIDADE IDEOLÓGICA.**

O crime de falsidade ideológica está previsto no art. 299 do Código Penal, que dispõe:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante."

### **Dos réus RIVALDO e ALMIR.**

Consoante consta dos capítulos dedicados aos acusados de forma individualizada, tem-se que os réus RIVALDO ALVES DA CUNHA e ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO praticaram o crime de falsidade ideológica ao inserirem declarações falsas em documentos particulares, atribuindo falsas informações sobre a constituição societária e administração das empresas MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI, AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA, CAMPGRAOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CEREAIS e GÊNESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP.

A denúncia narra que eles, posteriormente, na posse desses documentos particulares ideologicamente falsos (constituição de empresa e/ alterações contratuais), dirigiam-se à SEFAZ/MT e faziam inserir, **em documento público**, consistente na Ficha de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, a falsa informação constante no documento particular.

Destarte, de fato, restou devidamente comprovada a materialidade delitiva do crime de falsidade ideológica na conduta daquele que constitui pessoa jurídica em nome de terceiro (laranja) ou promove alterações que não correspondem à realidade.

O crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal exige a presença de um documento público ou particular no qual seja inserida ou omitida informação falsa com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

No presente caso, resta incontroverso que a primeira inserção de dado falso ocorreu em documento particular, quais sejam a constituição e/ou alteração contratual as empresas citadas acima. O documento, por sua natureza, não se reveste de caráter público, sendo de interesse exclusivo dos particulares envolvidos na relação jurídica societária.

Desse modo, a posterior utilização desse documento perante a SEFAZ/MT, com o requerimento de alteração cadastral, não constitui, por si só, um novo crime de falsidade ideológica **em documento público**.

Isso porque, a ficha de alteração cadastral da SEFAZ/MT não se configura como documento público.

Considera-se documento público exclusivamente aquele produzido por um agente público no desempenho de suas atribuições. Por outro lado, o chamado documento público por equiparação corresponde a um escrito de caráter particular que, devido à sua importância no âmbito jurídico, recebe tratamento legal equivalente ao de um documento público. Essa equiparação está expressamente prevista no artigo 297, §§ 2º e 3º, do Código Penal:

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000) ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9983.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9983.htm#art2))

I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000) ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9983.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9983.htm#art2))

II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000) ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9983.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9983.htm#art2))

III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

Assim, possuem natureza nitidamente particular as Fichas de Alteração Cadastral da SEFAZ/MT, já que, embora encontrem abrigo no Sistema Informatizado de órgão público, são preenchidos pelo particular e a partir de informações inseridas por ele próprio, constituindo, assim, documento particular.

Em caso semelhante, colaciono o seguinte julgado:

APELAÇÃO CRIMINAL – FALSIDADE IDEOLÓGICA EM CONTINUIDADE DELITIVA – 1. RECURSO DEFENSIVO – ALMEJADA ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO – IMPROCEDÊNCIA – CONJUNTO PROBATÓRIO QUE APONTA A INTENÇÃO DO APELANTE EM ALTERAR A VERDADE SOBRE FATO JURIDICAMENTE RELEVANTE - 2. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ALMEJADA REFORMA DA SENTENÇA PARA QUE SE CONSIDERE PÚBLICA A NATUREZA DOS OBJETOS MATERIAIS DO DELITO – IMPOSSIBILIDADE - INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO CONCEITO DE DOCUMENTO PÚBLICO E DE DOCUMENTO PÚBLICO POR EQUIPARAÇÃO – TAXATIVIDADE DO ROL PREVISTO NO ART. 297, §§ 2º E 3º, DO CP - DOCUMENTOS DE VENDA DE PRODUTOS FLORESTAIS (DVPFs) E GUIAS FLORESTAIS (GFs) EXPEDIDOS PELO PARTICULAR COM BASE EM DADOS FORNECIDOS POR ELE PRÓPRIO . APELOS DESPROVIDOS. 1. Se as provas documentais e orais produzidas nos autos indicam que o apelante, ao inserir informações falsas em Documento de Venda de Produtos Florestais (DVPFs) e Guias Florestais (GFs), objetivava acobertar transporte de madeira ilegalmente extraída, inviável sua absolvição, por ausência de dolo. 2 . Segundo a melhor doutrina, encampada pelo Superior Tribunal de Justiça, **documento público é tão somente o escrito emanado de servidor público no exercício das suas funções; já, o documento público por equiparação é o de natureza particular, mas, que dada a sua relevância para o mundo jurídico, é tomado, por força de lei, como documento público, cujo rol taxativo vem previsto no art. 297, §§ 2º e 3º, do CP. Assim, possuem natureza nitidamente particular os Documentos de Venda de Produtos Florestais (DVPFs) e as Guias Florestais (GFs) daí decorrentes, já, que embora encontrem abrigo no Sistema Informatizado de órgão público, são expedidos pelo particular e a partir de informações inseridas por ele próprio. (Ap 106899/2015, DES . RONDON BASSIL DOWER FILHO, SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 08/02/2017, Publicado no DJE 17/02/2017)**

(TJ-MT - APL: 00000176020078110082 106899/2015, Relator.: DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO, Data de Julgamento: 08/02/2017, SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 17/02/2017)

Dessa forma, a conduta dos réus não preenche os elementos típicos do artigo 299 do Código Penal na modalidade de falsidade ideológica em **documento público**, pois a ficha de alteração cadastral da SEFAZ/MT não se constitui documento público autônomo, mas **documento particular**.

No que tange à continuidade delitiva, a denúncia especificou e restou devidamente indicado nesta sentença a quantidade de delitos que foram praticados pelos réus no contexto fático narrado.

Assim, considerando que os delitos são da mesma espécie e foram cometidos nas mesmas circunstâncias de tempo, lugar e maneira de execução e outras semelhantes, será aplicada a regra prevista no art. 71 do Código Penal (continuidade delitiva).

O réu ALMIR incidiu nas penas do art. 299, caput, do Código Penal, por 12 vezes, pela falsidade ideológica de documento particular.

O réu RIVALDO incidiu nas penas do art. 299, caput, do Código Penal, por 11 vezes, pela falsidade de documento particular.

### **Do réu DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO.**

Prosseguindo, restou demonstrado que, em 07/04/2016, o denunciado DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO, em conluio com ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, fez inserir, em documento particular, consistente na 5ª Alteração Contratual da empresa AGROPECUÁRIA ITAÚNA LTDA, a falsa informação de alteração do quadro societário com a retirada de ALMIR CARDOSO FERNANDES e seu próprio ingresso, com o

fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, e, na sequência, na posse desse documento ideologicamente falso, em 15/04/2016, o denunciado DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO, juntamente com RIVALDO, dirigiu-se à SEFAZ/MT e fez inserir, em novo documento particular, consistente na Ficha de Alteração Cadastral daquela instituição, a mesma falsa informação de alteração do quadro societário, novamente com o propósito de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, incidindo nas penas do art. 299 do Código Penal, por duas vezes, correspondentes a falsidades de documentos particulares, conforme salientado alhures.

### **Dos réus KAMIL, PAULO PEREIRA e EVANDRO TEIXEIRA.**

No que tange aos réus KAMIL, PAULO PEREIRA e EVANDRO TEIXEIRA, conforme analisado nos capítulos dedicados às suas condutas, não ficou comprovado, acima de dúvida razoável, que eles, diretamente, tenham falsificado ideologicamente os documentos citados na denúncia, tampouco contribuído para este ato, à míngua de qualquer elemento que comprove que eles tenham redigido, assinado ou ordenado a falsificação dos aludidos documentos, a impor a absolvição por este delito.

### **DA FALSIFICAÇÃO DO SELO OU SINAL PÚBLICO.**

O artigo 296 do Código Penal tipifica a falsificação, fabricação, uso indevido ou alteração de selos públicos, abrangendo tanto os utilizados por repartições públicas quanto aqueles empregados em documentos autenticados. O §1º, inciso II, dispõe que incorre na mesma pena quem faz uso do selo público verdadeiro de maneira indevida.

### **Dos réus RIVALDO e ALMIR.**



Consta dos autos que os réus ALMIR e RIVALDO utilizaram indevidamente selos públicos verdadeiros, vinculando-os a reconhecimentos de firma falsos, com a finalidade de obter vantagem ilícita em prejuízo de terceiros e em proveito de organização criminosa.

Ficou demonstrado que o réu ALMIR CÂNDIDO FIGUEIREDO utilizou de selo público verdadeiro no reconhecimento falso de firma de Jovanize Pereira da Silva nos seguintes documentos: Termo de Posse de Administrador de RIVALDO ALVES DA CUNHA na empresa MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI e Declaração de Desenquadramento em ME da referida empresa, incorrendo, assim, no crime previsto no artigo 296, §1º, inciso II, do Código Penal, por duas vezes, em continuidade delitiva.

Igualmente, restou comprovado que o réu RIVALDO ALVES DA CUNHA utilizou indevidamente diversos selos públicos verdadeiros, destacados de documentos autênticos, para forjar reconhecimentos de firma em alterações contratuais e atos administrativos das empresas GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA EPP e MULTISAFRA COMÉRCIO DE CEREAIS E LEGUMINOSAS EIRELI, em 08 oportunidades, devidamente discriminadas no capítulo dedicado à análise da conduta do acusado, também em continuidade delitiva.

### **Do réu KAMIL.**

No que concerne ao réu KAMIL, conforme analisado no capítulo dedicado à sua conduta, não ficou comprovado, acima de dúvida razoável, que ele, diretamente, tenha utilizado indevidamente os Selos de Autenticidade com a série nº 0325AA0047209 e 0325AA0047210, originários do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Franco da Rocha-SP, os quais foram empregados no reconhecimento falso de firma de Alexandre Martins Ramalho e Joaquim Rosa Ferreira, a impor a absolvição por este delito.

### **DISPOSITIVO.**

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados na denúncia, para o fim de:

**CONDENAR** os réus PAULO SERAFIM DA SILVA, MARCELO MEDINA, THEO MARLON MEDINA, CLOVES CONCEIÇÃO SILVA e NEUZA LAGEMANN DE CAMPOS, já qualificados, como incurso no crime do artigo 2º da Lei nº 12.850/2013;

**CONDENAR** o réu ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, já qualificado, como incurso nos crimes do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, art. 299, caput, do Código Penal, por 12 falsidades de documento particular, em continuidade delitiva, na forma do art. 71 do CP, e art. 296, §1º, inciso II, do Código Penal, por 02 vezes, em continuidade delitiva, na forma do art. 71 do CP, todos em concurso material de crimes, na forma do art. 69 do CP;

**CONDENAR** o réu RIVALDO ALVES DA CUNHA, já qualificado, como incurso nos crimes do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, art. 299, caput, do Código Penal, por 11 falsidades de documento particular, em continuidade delitiva, na forma do art. 71 do CP, e art. 296, §1º, inciso II, do Código Penal, por 08 vezes, em continuidade delitiva, na forma do art. 71 do CP, todos em concurso material de crimes, na forma do art. 69 do CP;

**CONDENAR** o réu KAMIL COSTA DE PAULA, já qualificado, como incurso nos crimes do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, e **ABSOLVÊ-LO** quanto à prática dos crimes do art. 299, caput, do Código Penal (documento particular), e art. 296, §1º, inciso II, do Código Penal, diante da insuficiência de provas para condenação, com base no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal;

**CONDENAR** o réu EVANDRO TEIXEIRA DE RESENDE, já qualificado, como incurso nos crimes do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, e **ABSOLVÊ-LO** quanto à prática do crime previsto no art. 299, caput, do

Código Penal (documento particular), diante da insuficiência de provas para condenação, com base no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal;

**CONDENAR** o réu PAULO PEREIRA DA SILVA, já qualificado, como incurso nos crimes do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, e **ABSOLVÊ-LO** quanto à prática do crime previsto no art. 299, caput, do Código Penal (documento particular), diante da insuficiência de provas para condenação, com base no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal;

**CONDENAR** o réu DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO, já qualificado, como incurso no crime do art. 299, caput, do Código Penal, por duas falsidades de documento particular, em continuidade delitiva, na forma do art. 71 do CP, e **ABSOLVÊ-LO** quanto à prática do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, por ausência de provas suficientes para condenação;

**ABSOLVER** os réus KEILA CATARINA DE PAULA, ALLYSON DE SOUZA FIGUEIREDO, PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA, ROGÉRIO ROCHA DELMINDO e RINALDO BATISTA FERREIRA JÚNIOR, já qualificados, quanto aos crimes imputados na denúncia, com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, diante da insuficiência de provas para condenação;

**JULGAR EXTINTA A PUNIBILIDADE** do réu MARCELO MEDINA em relação ao crime previsto no artigo 147 do Código Penal, face o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, com fulcro no art. 107, IV, do Código Penal.

Passo a dosar a pena a ser aplicada, nos termos do art. 68 do Código Penal.

-

## 1. DO RÉU ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO.

-

- Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

O delito apresentou **culpabilidade** exacerbada e deve ser valorada negativamente, pois, além de integrar a organização criminosa, ocupava posição de destaque na estrutura do esquema ilícito, desempenhando papel determinante na execução das fraudes, vez que foi responsável direto pela falsificação de contratos sociais, assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas”, atos que viabilizaram a criação e manutenção de empresas fictícias utilizadas para a sonegação de ICMS, a revelar um alto grau de consciência e voluntariedade na prática criminosa, frisando que vários documentos pessoais das vítimas “laranjas” foram encontrados em sua residência, de modo que sua culpabilidade se mostra acentuadamente reprovável, justificando maior rigor na fixação da pena; o réu não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas” que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro

centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de três circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (culpabilidade, circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 06 (seis) anos de reclusão.**

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o *quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e multa), e porque foi concretamente fundamentada a desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-

base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., Dje 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: Dje 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 06 (seis) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 20 (vinte) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

- **Do crime previsto no art. 299, caput, do Código Penal (12 falsidades de documento particular).**

Diante da similitude fática, os 12 crimes de falsidade ideológica de documento particular serão dosados conjuntamente.

O delito apresentou **culpabilidade** elevada, pois o réu, ao falsificar documentos para ocultar a administração real das empresas, demonstrou maior reprovabilidade da conduta, uma vez que a finalidade era propiciar fraudes fiscais de grande monta; o réu não é possuidor de maus **antecedentes**; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime consiste na obtenção de

vantagem pessoal mediante alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, o qual já é punido pela própria tipicidade, de modo que deixo de valorá-lo; as **circunstâncias** do delito estão relatadas nos autos e são graves, pois o crime foi praticado por meio da inserção de informações falsas em documentos oficiais e particulares, inclusive em sistemas albergados por órgãos públicos, demonstrando um maior grau de sofisticação e planejamento na execução do delito; as **consequências** do crime foram normais à espécie, consistindo no resultado esperado da conduta delitiva, de modo que a circunstância não merece valoração negativa; o **comportamento da vítima** não contribuiu para a prática do crime.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (culpabilidade e consequências), **fixo as penas-bases acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão cada.**

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que as mantenho **em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão cada.**

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo as penas de multa em 16 (dezesesseis) dias-multa cada, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.**

#### **Da continuidade delitiva – art. 71, *caput*, do Código Penal:**

Conforme já salientado, vislumbro aplicável aos crimes praticados pelo réu a regra prevista no artigo 71 do Código Penal, porquanto os crimes foram da mesma espécie, e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças, deve o subsequente ser havido como continuação do primeiro.

Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no art. 71 do Código Penal, à vista da existência concreta da prática de 12 crimes, os quais tiveram suas penas individualmente dosadas em patamares idênticos, aplico uma delas aumentada em 2/3 (dois terços), ficando o réu **ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO** condenado à pena de 02 (dois) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 26 (vinte e seis) dias-multa, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.

- Do crime previsto no art. 296, §1º, inciso II, do Código Penal (02 utilizações indevidas de selo público verdadeiro).

Diante da similitude fática, os 02 crimes de uso indevido de selo público verdadeiro serão dosados conjuntamente.

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie; o réu não é possuidor de maus **antecedentes**; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime é próprio da tipicidade, de modo que deixo de valorá-lo; as **circunstâncias** do delito estão relatadas nos autos e são graves, vez que o crime foi cometido mediante a falsificação de assinaturas e o uso indevido de selos públicos verdadeiros, o que ampliou significativamente os impactos da fraude, conferindo aos documentos falsificados uma aparência de autenticidade capaz de ludibriar terceiros. Ademais, os documentos falsificados, nos quais foram utilizados os selos públicos, referiam-se à constituição e administração de empresas, o que ampliou o potencial lesivo da conduta, impactando a segurança das relações empresariais e comerciais, pelo que merece valoração negativa; as **consequências** do crime foram normais à espécie, consistindo no resultado esperado da conduta delitiva, de modo que a circunstância não merece valoração negativa; o **comportamento da vítima** não contribuiu para a prática do crime.

Dessa forma, verificando-se a existência de uma circunstância judicial desfavorável ao réu passível de valoração (circunstâncias), **fixo as penas-bases acima do mínimo legal, em 02 (dois) anos e 04 (quatro)**



**meses de reclusão cada.**

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que as mantenho **em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão cada.**

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo as penas de multa em 11 (onze) dias-multa cada, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.**

#### **Da continuidade delitiva – art. 71, *caput*, do Código Penal:**

Conforme já salientado, vislumbro aplicável aos crimes praticados pelo réu a regra prevista no artigo 71 do Código Penal, porquanto os crimes foram da mesma espécie, e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças, deve o subsequente ser havido como continuação do primeiro.

Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no art. 71 do Código Penal, à vista da existência concreta da prática de 02 crimes, os quais tiveram suas penas individualmente dosadas em patamares idênticos, aplico uma delas aumentada em 1/6 (um sexto), ficando o réu **ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO** condenado à pena de **02 (dois) anos, 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 12 (doze) dias-multa, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.**

#### **Da aplicação do concurso material de crimes.**

Em sendo aplicável ao caso o concurso material de crimes, previsto no art. 69 do Código Penal, vez que os delitos foram praticados com desígnios autônomos e ofendem bens jurídicos distintos, **fica o réu ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO condenado, definitivamente, à pena de**

**11 (onze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, bem como ao pagamento de 58 (cinquenta e oito) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar superior a 08 (oito) anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial fechado** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea "a", do Código Penal. Ademais, ainda que assim não fosse, caso a pena final recaísse em patamar entre 04 e 08 anos, referido regime igualmente se imporia, com espeque no §3º do mesmo dispositivo legal, em razão da valoração negativa da culpabilidade, circunstâncias e consequências do delito de organização criminosa.

*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

## **2. DO RÉU RIVALDO ALVES DA CUNHA.**

-

- **Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.**

O delito apresentou **culpabilidade** exacerbada e deve ser valorada negativamente, pois, além de integrar a organização criminosa, ocupava posição de destaque na estrutura do esquema ilícito, desempenhando papel determinante na execução das fraudes, vez que foi responsável direto pela falsificação de contratos sociais, assinaturas e reconhecimento de firmas de "laranjas", atos que viabilizaram a criação e manutenção de empresas fictícias utilizadas para a sonegação de ICMS, a revelar um alto grau de consciência e voluntariedade na prática criminosa, frisando que suas credenciais de contabilista foram diretamente empregadas nas fraudes, de modo que sua culpabilidade se mostra acentuadamente reprovável, justificando maior rigor na fixação da pena; o réu não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são

graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas” que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de três circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (culpabilidade, circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 06 (seis) anos de reclusão**.

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o

*quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e multa), e porque foi concretamente fundamentada a desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., Dje 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: Dje 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 06 (seis) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 20 (vinte) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

- **Do crime previsto no art. 299, caput, do Código Penal (11 falsidades de documento particular).**

Diante da similitude fática, os 11 crimes de falsidade ideológica de documento particular serão dosados conjuntamente.

O delito apresentou **culpabilidade** elevada, pois o réu, ao falsificar documentos para ocultar a administração real das empresas, demonstrou maior reprovabilidade da conduta, uma vez que a finalidade era propiciar fraudes fiscais de grande monta; o réu não é possuidor de maus **antecedentes**; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime consiste na obtenção de vantagem pessoal mediante alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, o qual já é punido pela própria tipicidade, de modo que deixo de valorá-lo; as **circunstâncias** do delito estão relatadas nos autos e são graves, pois o crime foi praticado por meio da inserção de informações falsas em documentos oficiais e particulares, inclusive em sistemas albergados por órgãos públicos, demonstrando um maior grau de sofisticação e planejamento na execução do delito; as **consequências** do crime foram normais à espécie, consistindo no resultado esperado da conduta delitiva, de modo que a circunstância não merece valoração negativa; o **comportamento da vítima** não contribuiu para a prática do crime.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (culpabilidade e consequências), **fixo as penas-bases acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão cada.**

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que as mantenho **em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão cada**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo as penas de multa em 16 (dezesseis) dias-multa cada**, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.

**Da continuidade delitiva – art. 71, *caput*, do Código Penal:**

Conforme já salientado, vislumbro aplicável aos crimes praticados pelo réu a regra prevista no artigo 71 do Código Penal, porquanto os crimes foram da mesma espécie, e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças, deve o subsequente ser havido como continuação do primeiro.

Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no art. 71 do Código Penal, à vista da existência concreta da prática de 11 crimes, os quais tiveram suas penas individualmente dosadas em patamares idênticos, aplico uma delas aumentada em 2/3 (dois terços), ficando **o réu RIVALDO ALVES DA CUNHA condenado à pena de 02 (dois) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 26 (vinte e seis) dias-multa**, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.

- **Do crime previsto no art. 296, §1º, inciso II, do Código Penal (08 utilizações indevidas de selo público verdadeiro).**

Diante da similitude fática, os 08 crimes de uso indevido de selo público verdadeiro serão dosados conjuntamente.

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie; o réu não é possuidor de maus **antecedentes**; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime é próprio da tipicidade, de modo que deixo de valorá-lo; as **circunstâncias** do delito estão relatadas nos autos e são graves, vez que o crime foi cometido mediante a falsificação de assinaturas e o uso indevido de selos públicos verdadeiros, o que ampliou significativamente os impactos da fraude, conferindo aos documentos falsificados uma aparência de autenticidade capaz de ludibriar terceiros. Ademais, os documentos falsificados, nos quais foram utilizados os selos públicos, referiam-se à constituição e administração de empresas, o que ampliou o potencial lesivo da conduta, impactando a segurança das relações empresariais e comerciais, pelo que merece valoração negativa; as **consequências** do crime foram normais à espécie, consistindo no resultado esperado da conduta delitiva, de modo que a circunstância não merece valoração negativa; o **comportamento da vítima** não contribuiu para a prática do crime.

Dessa forma, verificando-se a existência de uma circunstância judicial desfavorável ao réu passível de valoração (circunstâncias), **fixo as penas-bases acima do mínimo legal, em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de prisão cada.**

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que as mantenho **em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de prisão cada.**

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo as penas de multa em 11 (onze) dias-multa cada, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.**

**Da continuidade delitiva – art. 71, *caput*, do Código Penal:**

Conforme já salientado, vislumbro aplicável aos crimes praticados pelo réu a regra prevista no artigo 71 do Código Penal, porquanto os crimes foram da mesma espécie, e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças, deve o subsequente ser havido como continuação do primeiro.

Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no art. 71 do Código Penal, à vista da existência concreta da prática de 08 crimes, os quais tiveram suas penas individualmente dosadas em patamares idênticos, aplico uma delas aumentada em 2/3 (dois terços), ficando o réu **RIVALDO ALVES DA CUNHA** condenado à pena de 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 18 (dezoito) dias-multa, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.

#### **Da aplicação do concurso material de crimes.**

Em sendo aplicável ao caso o concurso material de crimes, previsto no art. 69 do Código Penal, vez que os delitos foram praticados com desígnios autônomos e ofendem bens jurídicos distintos, fica o réu **RIVALDO ALVES DA CUNHA** condenado, definitivamente, à pena de 12 (doze) anos e 08 (oito) meses de reclusão, bem como ao pagamento de 64 (sessenta e quatro) dias-multa, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar superior a 08 (oito) anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial fechado** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea "a", do Código Penal. Ademais, ainda que assim não fosse, caso a pena final recaísse em patamar entre 04 e 08 anos, referido regime igualmente se imporia, com espeque no §3º do mesmo dispositivo legal, em razão da valoração negativa da culpabilidade, circunstâncias e consequências do delito de organização criminosa.



*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

### 3. DO RÉU KAMIL COSTA DE PAULA.

-

- Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas” que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a

algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o *quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e multa), e porque foi concretamente fundamentada a desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação

aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., DJe 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 16 (dezesseis) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar entre 04 e 08 anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial semiaberto** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea "b", do Código Penal.

*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

#### **4. DO RÉU EVANDRO TEIXEIRA DE REZENDE.**

-

- **Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.**

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos

autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas” que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério

aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o *quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e multa), e porque foi concretamente fundamentada a desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., Dje 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: Dje 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 16 (dezesesseis) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar entre 04 e 08 anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial semiaberto** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea “b”, do Código Penal.

*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

## 5. DO RÉU PAULO PEREIRA DA SILVA.

-

- Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas” que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados

informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o *quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e

multa), e porque foi concretamente fundamentada a desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., DJe 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 16 (dezesesseis) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar entre 04 e 08 anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial semiaberto** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea "b", do Código Penal.



*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

## 6. DO RÉU DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO.

- Do crime previsto no art. 299, caput, do Código Penal (02 falsidades de documento particular).

Diante da similitude fática, os 02 crimes de falsidade ideológica de documento particular serão dosados conjuntamente.

O delito apresentou **culpabilidade** elevada, pois o réu, ao falsificar documentos para ocultar a administração real das empresas, demonstrou maior reprovabilidade da conduta, uma vez que a finalidade era propiciar fraudes fiscais de grande monta; o réu não é possuidor de maus **antecedentes**; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime consiste na obtenção de vantagem pessoal mediante alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, o qual já é punido pela própria tipicidade, de modo que deixo de valorá-lo; as **circunstâncias** do delito estão relatadas nos autos e são graves, pois o crime foi praticado por meio da inserção de informações falsas em documentos oficiais e particulares, inclusive em sistemas albergados por órgãos públicos, demonstrando um maior grau de sofisticação e planejamento na execução do delito; as **consequências** do crime foram normais à espécie, consistindo no resultado esperado da conduta delitiva, de modo que a circunstância não merece valoração negativa; o **comportamento da vítima** não contribuiu para a prática do crime.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (culpabilidade e consequências), **fixo as penas-bases acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão cada.**

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que as mantenho **em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão cada**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo as penas de multa em 16 (dezesesseis) dias-multa cada**, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.

**Da continuidade delitiva – art. 71, *caput*, do Código Penal:**

Conforme já salientado, vislumbro aplicável aos crimes praticados pelo réu a regra prevista no artigo 71 do Código Penal, porquanto os crimes foram da mesma espécie, e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças, deve o subsequente ser havido como continuação do primeiro.

Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no art. 71 do Código Penal, à vista da existência concreta da prática de 02 crimes, os quais tiveram suas penas individualmente dosadas em patamares idênticos, aplico uma delas aumentada em 1/6 (um sexto), ficando **o réu DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO condenado à pena de 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 18 (dezoito) dias-multa**, correspondentes a 1/30 do salário-mínimo vigente à data dos fatos.

Fixo o **regime inicial aberto** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea “c”, e §3º, do Código Penal, vez que a pena é inferior a 04 (quatro) anos.

Estando preenchidos os pressupostos legais, substituo a pena do condenado por duas restritivas de direito, a serem especificadas em audiência admonitória, com base no art. 44 do Código Penal.

## 7. DO RÉU PAULO SERAFIM DA SILVA.

-

- Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas” que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 05 (cinco) anos de reclusão.**

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o *quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e multa), e porque foi concretamente fundamentada a desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., DJe 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3.

Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: Dje 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 16 (dezesesseis) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar entre 04 e 08 anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial semiaberto** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea "b", do Código Penal.

*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

## 8. DO RÉU MARCELO MEDINA.

-

- Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para

atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas” que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o

*quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e multa), e porque foi concretamente fundamentada a desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., Dje 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: Dje 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 16 (dezesesseis) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar entre 04 e 08 anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial semiaberto** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea "b", do Código Penal.

*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

## 9. DO RÉU THEO MARLON MEDIDA.

-

- Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de "laranjas" que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de



modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o *quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e multa), e porque foi concretamente fundamentada a

desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., DJe 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 16 (dezesesseis) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar entre 04 e 08 anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial semiaberto** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea "b", do Código Penal.

*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

## 10. DO RÉU CLOVES CONCEIÇÃO SILVA.

-

- Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** do agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas” que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a

algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu passíveis de valoração (circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o *quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e multa), e porque foi concretamente fundamentada a desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação

aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., DJe 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 16 (dezesesseis) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar entre 04 e 08 anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial semiaberto** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea "b", do Código Penal.

*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

## 11. DA RÉ NEUZA LAGEMANN DE CAMPOS.

-

- Do crime previsto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

O delito apresentou **culpabilidade** normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; a ré não possui **maus antecedentes** criminais, à vista da certidão juntada aos

autos; poucos elementos foram coletados a respeito da **conduta social** da agente; o **motivo** do crime restringiu-se aos limites próprios do tipo; **as circunstâncias** estão relatadas nos autos e são graves, pois se trata de organização criminosa especializada em sonegação fiscal de ICMS e, para atingir o intento criminoso, foram criadas e mantidas de forma irregular empresas para simularem vendas interestaduais de produtos agrícolas para gerarem, fraudulentamente, créditos fictícios de ICMS, a serem usufruídos por outras empresas que aderiram ao esquema criminoso. Demais disso, arquitetaram e premeditaram as condutas, mediante falsificação de assinaturas e reconhecimento de firmas de “laranjas” que figuravam como sócios de empresas de fachada, ludibriando, ainda, a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso e Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ-MT), fazendo inserir em seus bancos de dados informações falsas, ferindo a credibilidade das instituições públicas, de modo que merece valoração negativa; poucos elementos foram coletados a respeito da **personalidade do agente**, razão pela qual deixo de valorá-la; as **consequências** do crime lhe são desfavoráveis, porquanto, em uma análise preliminar à época dos fatos, deixou-se de recolher aos cofres públicos, a título de ICMS, a vultosa quantia de R\$ 35.371.240,44 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), representando enorme prejuízo ao Estado de Mato Grosso, com elevado número de pessoas carentes e dependentes de auxílio do poder público, sendo certo que o valor desviado certamente contribuiria para o atendimento de necessidades básicas dos mato-grossenses, mediante destinação a algum projeto de interesse público, motivo pelo qual a conduta é merecedora de elevada censura; a **vítima** é toda sociedade, nada tendo a valorar.

Dessa forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis à ré passíveis de valoração (circunstâncias e consequências), fixo a pena-base acima do mínimo legal, **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Quanto à exasperação da pena-base acima realizada, pertinente registrar que a jurisprudência do STJ é firme em garantir a prudente discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério

aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria. Assim, o magistrado, em atenção ao sistema da persuasão racional e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o *quantum* de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como na presente hipótese. A corroborar com esse entendimento, colaciono o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPORTAÇÃO E TRANSPORTE ILEGAL DE AGROTÓXICOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Considerando-se as penas mínima e máxima estabelecidas ao crime praticado pelo réu (1 a 4 anos de reclusão, e multa), e porque foi concretamente fundamentada a desfavorabilidade da vetorial relativa às circunstâncias do delito, com base em elementos idôneos e específicos dos autos, deve ser mantida inalterada a pena-base a ele imposta. 2. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, "não há direito do subjetivo do réu à adoção de alguma fração de aumento específica para cada circunstância judicial negativa, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínimas e máximas ou mesmo outro valor. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito, desde que devidamente fundamentada"(AgRg no REsp n . 1.927.321/RS, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, 5ª T ., Dje 25/10/2023), tal como ocorreu no caso dos autos. 3. Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 2435452 RS 2023/0296749-8, Relator.: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 12/03/2024, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: Dje 21/03/2024)

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, tampouco causas de diminuição ou aumento de pena, pelo que a mantenho **em 05 (cinco) anos de reclusão**.

Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, **fixo a pena de multa em 16 (dezesesseis) dias-multa**, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Repise-se que, mesmo levando em consideração o tempo de segregação provisória do réu, a pena final recairá em patamar entre 04 e 08 anos, cujo cálculo será devidamente aferido pelo juízo da execução penal, razão pela qual **fixo o regime inicial semiaberto** para o cumprimento da pena do condenado, com base no art. 33, §2º, alínea "b", do Código Penal.

*In casu*, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP.

### **DISPOSIÇÕES COMUNS.**

- **Do direito de recorrer em liberdade.**

**CONCEDO** aos réus PAULO SERAFIM DA SILVA, MARCELO MEDINA, THEO MARLON MEDINA, CLOVES CONCEIÇÃO SILVA, NEUZA LAGEMANN DE CAMPOS, ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, RIVALDO ALVES DA CUNHA, KAMIL COSTA DE PAULA, EVANDRO TEIXEIRA DE RESENDE, PAULO PEREIRA DA SILVA e PAULO PEREIRA DA SILVA o **direito de recorrerem em liberdade**, tendo em vista que foram soltos durante a instrução processual e não aportaram aos autos os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

- **Dos bens apreendidos.**

O art. 91  
(<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10629516/artigo-91-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>), II



(<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10629437/inciso-ii-do-artigo-91-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>), “b (<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10629364/alinea-b-do-inciso-ii-do-artigo-91-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>)”, do Código Penal (<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033702/c%C3%B3digo-penal-decreto-lei-2848-40>), disciplina, como efeito da condenação, a perda, em favor da União, dos instrumentos do crime e do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito, auferido pelo agente com a prática do fato criminoso, ressalvado o direito do lesado ou terceiro de boa-fé.

Da mesma forma, o art. 91-A dispõe que, na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

No caso em testilha, foram apreendidos os seguintes documentos/bens na posse dos réus condenados:

#### ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO.

- Termo de apreensão de Id 83112389 – págs. 89/103:
  - a) centenas de documentos;
  - b) R\$ 2.597,00 (dois mil, quinhentos e noventa e sete reais) em espécie;
  - c) \$ 150,00 (cento e cinquenta dólares).
- Termo de apreensão de Id 83112389 – pág. 136 e seguintes:
  - a) 01 (uma) arma de fogo – pistola taurus e munições;
  - b) dezenas de documentos

- Termo de apreensão de Id 83112389 – pág. 169 e seguintes:
  - a) 01 (uma) pistola 380, munições e caneta pistola;
  - b) Dezenas de documentos;
  - c) Aparelhos eletrônicos (notebook e aparelhos celulares)

PAULO SERAFIM DA SILVA.

- Termo de apreensão de Id 83112388– págs. 08/09:
  - a) Diversos documentos;
  - b) Aparelhos eletrônicos (notebook e aparelhos celulares)

CLOVES CONCEIÇÃO SILVA.

- Termo de apreensão de Id 83112388– págs. 50/51:
  - a) Aparelhos eletrônicos (pen-drive, notebook e aparelhos celulares)
  - b) Vários documentos

GENESIS AGROCOMERCIAL LTDA.

- Termo de apreensão de Id 83112388– págs. 80/81:
  - a) Documentos;

ELLO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

- Termo de apreensão de Id 83112388– pág. 84:

a) Computador;

EVANDRO TEIXEIRA REZENDE.

- Termo de apreensão de Id 83112387 – págs. 23/24:

a) Celulare e notebook;

- Termo de apreensão e deslacre de Id 83112387 –págs. 35/44:

a) Diversos documentos

DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO.

- Termo de apreensão de Id 83112387 – págs. 72/73:

a) Notebook e celular;

AGROPECUÁRIA ITAÚNA.

- Termo de apreensão de Id 83112387 – págs. 84/88:

b) Diversos documentos;

KAMIL COSTA DE PAULA.

- Termo de apreensão de Id 83112387– págs. 110/111:

a) Diversos documentos;

b) Aparelhos celulares

RIVALDO ALVES DA CUNHA.

- Termo de apreensão de Id 83112387 – págs. 127/128:
  - a) Diversos documentos;
  - b) Aparelhos eletrônicos (aparelhos celulares e CPU)

WAGNER FERNANDES.

- Termo de apreensão de Id 83112387 – págs. 140/141:
  - a) Diversos documentos;
  - b) Aparelhos eletrônicos (aparelhos celulares e NOTEBOOKS)

ÁPICE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL.

- Termo de apreensão de Id 83112387 – pág. 187 e seguintes:
  - a) Diversos documentos;
  - b) R\$ 5.610,00 (cinco mil, seiscentos e dez reais)

MARCELO MEDINA.

- Termo de apreensão de Id 83112387 – pág. 207 e seguintes:
  - a) Diversos documentos;
  - b) Aparelhos celulares, HD externo

VIGOR COMÉRCIO DE CERAIS LTDA.

- Termo de apreensão de Id 83112387 – pág. 211 e seguintes:
  - a) Diversos documentos;
  - b) Aparelhos eletrônicos (celulares, notebooks)

THEO MARLON MEDINA.

- Termo de apreensão de Id 83112386 – pág. 227/228 e seguintes:
  - a) Documentos diversos;
  - b) Aparelho celular e notebook

PAULO PEREIRA DA SILVA.

- Termo de apreensão de Id 83112389 – pág. 51 e seguintes:
  - a) Documentos diversos;
  - b) Aparelhos eletrônicos (celular, CPU, HD)

No que tange aos documentos e aparelhos eletrônicos comprovadamente utilizados na prática criminosa, impõe-se o seu perdimento, nos termos do artigo 91, inciso II, alínea “b”, do Código Penal, que dispõe que são efeitos da condenação a perda, em favor da União ou do Estado, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.

Demais disso, documentos falsificados devem ser retirados de circulação para evitar sua reutilização em novas infrações penais.

No caso concreto, restou comprovado que os documentos e aparelhos eletrônicos apreendidos foram utilizados diretamente na prática dos crimes, servindo como instrumentos para a consecução das fraudes fiscais perpetradas pela organização criminosa. Assim, impõe-se o seu perdimento, dada a impossibilidade de sua devolução aos acusados.

Dessa forma, com fulcro no art. 91 (<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10629516/artigo-91-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>), II (<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10629437/inciso-ii-do-artigo-91-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>), “b” (<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10629364/alinea-b-do-inciso-ii-do-artigo-91-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>), e art. 91-A, ambos do Código Penal, **DECRETO o PERDIMENTO** dos bens acima identificados, assim como dos valores constrictos, **apenas em relação aos réus condenados**, comprovadamente relacionados à prática do crime de integração à organização criminosa destinada, precipuamente, à sonegação fiscal, todos em favor do Funpen/MT, com fundamento na Lei Complementar Estadual n. 498/2013.

Os documentos e aparelhos eletrônicos acima identificados, **após o trânsito em julgado**, deverão ser destruídos, mediante termo nos autos.

Acaso a Diretoria do Foro, pelo estado de conservação, vislumbre utilidade dos aparelhos eletrônicos, poderá realizar a doação dos referidos bens a alguma instituição sem fins lucrativos.

**DECRETO o PERDIMENTO** das armas e munições apreendidas junto ao réu ALMIR (Id 83112389 – pág. 136 e seguintes e Id 83112389 – pág. 169 e seguintes) em favor da União e determino a remessa da mesma ao Comando do Exército, consoante art. 25 da Lei nº 10.826/03 e CNGC.

No tocante à moeda estrangeira apreendida junto ao réu ALMIR (Termo de apreensão de Id 83112389 – págs. 89/103 - 150 dólares), cujo perdimento foi decretado em favor do FUNPEN, oficie-se, após o trânsito em julgado desta condenação, ao Banco central do Brasil, para que providencie a transferência à Caixa Econômica Federal do referido valor, a fim de possibilitar a conversão, em reais, dos valores apreendidos em moeda estrangeira. Após, encaminhem-se o valor apurado em favor do FUNPEN.

Ademais, diante da existência de eventuais embargos de terceiro e pedidos de restituição, esta decisão poderá ser afetada após o julgamento dos respectivos procedimentos.

- **Das restituições.**

Diante da absolvição dos réus, determino a restituição dos seguintes bens apreendidos, **após o trânsito em julgado**:

RINALDO BATISTA FERREIRA – termo de apreensão de Id 83112388 – págs. 69/71.

PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA – termo de apreensão de Id 83112387 – págs. 60/61.

ROGÉRIO ROCHA DELMINDO – termo de apreensão de Id 83112386 – pág. 180 e seguintes.

Na hipótese de os denunciados absolvidos não providenciarem a retirada dos bens e não os reclamarem no prazo de 30 dias, **após o trânsito em julgado, DECRETO o PERDIMENTO** dos papéis, cadernos, aparelhos eletrônicos e seus acessórios apreendidos, assim como a sua destruição.

Acaso a Diretoria do Foro, pelo estado de conservação, vislumbre utilidade dos aparelhos eletrônicos, poderá realizar a doação dos referidos bens a alguma instituição sem fins lucrativos.

- **Do pedido de reparação de danos.**

-

Trata-se de pedido formulado pelo Ministério Público visando à condenação dos réus ao pagamento de reparação de danos, em razão de fraudes fiscais praticadas no âmbito de organização criminosa, que, segundo a denúncia, utilizou documentos ideologicamente falsos, empresas de fachada e compensações tributárias fraudulentas para frustrar o recolhimento do tributo estadual, causando um prejuízo estimado em R\$ 35.371.240,44.

No entanto, a fixação de indenização mínima nos termos do art. 387, IV, do Código de Processo Penal mostra-se inviável no presente caso, tendo em vista que a exata quantificação do dano depende de aferição pela Administração Pública nas respectivas ações fiscais e/ou de ressarcimento ao erário.

Além disso, verifica-se a impossibilidade de individualização da responsabilidade de cada réu em relação ao montante global do prejuízo apontado, dada a complexidade do esquema ilícito revelado pelas investigações, de modo que a fixação de indenização sem a devida apuração administrativa e tributária poderia resultar em duplicidade de cobrança ou em atribuição indevida de responsabilidade, contrariando os princípios do devido processo legal e da individualização da pena.

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de condenação dos réus ao pagamento de reparação de danos, devendo a quantificação do débito tributário e sua cobrança ocorrer na esfera própria, por meio das execuções fiscais ou ações de ressarcimento ao erário promovidas pela Administração Pública.



-

Condeno os réus PAULO SERAFIM DA SILVA, MARCELO MEDINA, THEO MARLON MEDINA, CLOVES CONCEIÇÃO SILVA, NEUZA LAGEMANN DE CAMPOS, EVANDRO TEIXEIRA DE RESENDE, KAMIL COSTA DE PAULA e PAULO PEREIRA DA SILVA ao pagamento das custas e despesas processuais. Isentos do pagamento os réus KEILA CATARINA DE PAULA, ALLYSON DE SOUZA FIGUEIREDO, PAULO HENRIQUE ALVES FERREIRA, ROGÉRIO ROCHA DELMINDO e RINALDO BATISTA FERREIRA JÚNIOR, diante da absolvição, e os réus ALMIR CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, RIVALDO ALVES DA CUNHA e DIEGO DE JESUS DA CONCEIÇÃO, vez que patrocinados pela Defensoria Pública.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, tomem-se as seguintes providências:

a) Lance o nome dos réus no rol dos culpados.

b) Expeça-se guia de execução definitiva dos condenados.

c) Observe-se a detração penal, nos termos do art. 42 do Código Penal.

d) Em cumprimento ao disposto no art. 72, §2º, do Código Eleitoral, oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-o sobre esta decisão.

e) Oficie-se ao órgão estadual de cadastro de dados sobre antecedentes, inclusive ao INFOSEG, fornecendo as informações sobre este decisório.


Retire-se o sigilo dos autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá-MT, datado e assinado eletronicamente.

Jean Garcia de Freitas Bezerra

Juiz de Direito

 Assinado eletronicamente por: **JEAN GARCIA DE FREITAS BEZERRA**  
**10/03/2025 18:24:05**  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAGFHWVHPB>  
ID do documento: **185961007**



PJEDAGFHWVHPB

IMPRIMIR

GERAR PDF